

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
PRÓ-REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO - MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS**

MARIA NACYR FERREIRA

**FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO
DO NÚCLEO DE TECNOLOGIA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO NO PERÍODO
DE 2010 A 2015**

**CURITIBA
2016**

MARIA NACYR FERREIRA

**FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO
DO NÚCLEO DE TECNOLOGIA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO NO PERÍODO
DE 2010 A 2015**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias na linha de pesquisa: Formação Docente e Novas Tecnologias na Educação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, pesquisa e Extensão do Centro Universitário Internacional - UNINTER, como requisito à obtenção ao título de Mestre em Educação e Novas Tecnologias.

Orientador: Professor Doutor Ivo José Both

CURITIBA

2016

F383f Ferreira, Maria Nacyr

Formação continuada dos professores a partir da implantação do Núcleo de Tecnologia Municipal de Campo Largo no período de 2010 a 2015 / Maria Nacyr Ferreira. - Curitiba, 2016.

94 f.

Orientador: Prof. Dr. Ivo José Both

Dissertação (Mestrado em Educação e Novas Tecnologias) – Centro Universitário Internacional Uninter.

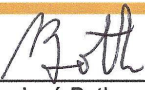
Catálogo na fonte: Vanda Fattori Dias – CRB-9/547.

CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO-PGPE
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO-ESE
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E NOVAS
TECNOLOGIAS
Secretaria do Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias

Defesa Nº 025/2016

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE EM
EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS

No dia 21 de novembro de 2016, às 14h00min, 7º andar – sala 75 - do Campus Divina do Centro Universitário Internacional UNINTER, à Rua do Rosário, 147 em Curitiba-PR, reuniu-se a Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, composta pelos professores doutores: Ivo José Both (Presidente – Orientador – PPGENT/UNINTER), Jacques de Lima Ferreira (PPGENT/UNINTER), Maria Cristina Borges da Silva (UTP/PR) e Alvin Moser - suplente (PPGENT/UNINTER) para julgamento da dissertação: “FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DO NÚCLEO DE TECNOLOGIA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO NO PERÍODO DE 2009 A 2015”, da aluna Maria Nacyr Ferreira. O presidente abriu a sessão apresentando os professores membros da banca, passando a palavra em seguida à mestranda, lembrando-lhe de que teria até vinte minutos para expor oralmente o seu trabalho. Concluída a exposição, passou-se à arguição. Concluída a arguição, a Banca Examinadora reuniu-se e exarou Parecer Final de que a mestranda está apta a receber o título de Mestre em Educação e Novas Tecnologias. O Presidente da Banca Examinadora declarou que a candidata foi aprovada e cumpriu todos os requisitos para obtenção do título Mestre em Educação e Novas Tecnologias, devendo encaminhar à Coordenação, em até 90 dias, a contar desta data, a versão final da dissertação devidamente aprovada pelo professor orientador, no formato impresso e em CD-ROM. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata que vai assinada pela Banca Examinadora.



Ivo José Both
Presidente da Banca

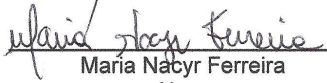


Maria Cristina Borges da Silva
Titular



Jacques de Lima Ferreira
Titular

Ademir Aparecido Pinhelli mendes
Suplente



Maria Nacyr Ferreira
Aluna

Recomendações: atende os requisitos da
banca.

Dedico esta dissertação à minha família, nas pessoas de minha tia Inez e, principalmente à minha mãe Diva e à minha amada vó Edith Serapio Ferreira, as quais foram minhas maiores incentivadoras nos estudos. Se cheguei aonde cheguei, com certeza devo isso a elas, bravas mulheres de minha vida!

À minha querida amiga Solange Heyda de Almeida, grande incentivadora no processo de seleção do mestrado. Seu apoio e incentivo foram fundamentais para eu concluir esta jornada.

AGRADECIMENTOS

Concluída esta etapa, chegou a hora de agradecer àqueles que se fizeram presentes nesse processo.

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por ter guiado sempre minha vida no caminho do bem, do amor, da paz, da verdade, da harmonia e da fé. Por sempre colocar em minha vida seres de luz, pessoas especiais e do bem, que sempre me auxiliaram em minha caminhada. Pelo conforto em minhas orações, principalmente nas horas mais angustiantes. Obrigada, meu Deus!

À minha família em especial a minha mãe, dona Diva, à minha querida tia Inez, ao tio Osmar e ao meu estimado padrasto Dilaor, por estarem sempre ao meu lado me dando força, carinho, compreensão e respeito.

Às minhas irmãs Draciele e Dangela e ao meu cunhado André. Obrigada pela força e pelos momentos de descontração nas horas de maior stress.

Aos meus amados sobrinhos Gabriel, Guilherme e Hendryck pelo amor incondicional. Os seus carinhos recarregavam todos os dias as minhas baterias.

Às minhas amigas “bizarras”, Cláudia, Ludmila, Lúcia, Adriana, Nina e principalmente, à minha amiga-irmã Glauce, por compreenderem os meus muitos “não posso”, “não vou”, “tenho que estudar”, decorrente da imersão no mestrado.

Ao meu primeiro orientador Prof. Dr. Daniel Soczek, que me orientou neste trabalho, por sua seriedade, paciência e por seu incentivo.

A todos os professores do Centro Universitário Internacional Uninter - Escola Superior de Educação programa de Pós-Graduação - Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, em especial às Prof.^a Dr.^a Eliane Mimesse, Prof.^a Dr.^a Elaine Maschio, Prof. Dr. Daniel Vieira por suas contribuições, ensinamentos e discussões enriquecedoras.

Ao meu atual orientador, professor Dr. Ivo José Both, que me acolheu com tanto carinho e compreensão em um momento tão difícil desta caminhada.

Em especial ao Prof. Dr. Jacques de Lima Ferreira por ler cada ponto, cada vírgula e arrumar tudo o que estava errado. Muito obrigada pelo tempo que destinou a mim. Por suas orientações e, principalmente, por ser a luz que faltava para me guiar no término dessa dissertação.

Aos professores da Banca Examinadora de Qualificação, pelas importantes contribuições e apontamentos na qualificação do trabalho.

À Banca Examinadora, pela compreensão e esforço na leitura desta dissertação. Suas contribuições foram enriquecedoras.

“Todos os dispositivos sofisticados e *wifi* do mundo não vão fazer diferença se não tivermos grandes professores em sala de aula” (Barack Obama).

RESUMO

Nesta dissertação analisamos o processo de formação continuada de professores do Núcleo de Tecnologia Municipal de Campo Largo no período de 2009 a 2015. O Problema da nossa pesquisa é: Quais são as contribuições e implicações do Núcleo de Tecnologia Municipal de Campo Largo para a formação continuada dos professores entre os anos de 2009 até 2015? Nossa pesquisa trás como objetivo geral: Analisar a formação continuada oferecida aos professores do ensino fundamental pelo Núcleo de Tecnologia Municipal de Campo Largo. Tendo como objetivos específicos: Apresentar a política de formação de professores do Núcleo Municipal de Campo Largo; Analisar as contribuições e as implicações da formação continuada ofertada pelo Núcleo Municipal de Campo Largo; Apontar melhorias para a formação continuada desenvolvida pelo Núcleo Municipal de Campo Largo. A abordagem metodológica foi com base em pré supostos críticos a luz da reflexão teórica em autores como Cunha (1991), Gatti (2008), Imbernón (2010), Libâneo (2007), Moran (2006), Pimenta (1996), Sacristán (1998), Valente (1999), entre outros. A pesquisa compreendeu análise da trajetória da formação continuada organizada por esse Núcleo, instituído a partir da implementação do Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo) em Campo Largo. Os documentos oficiais e as respostas dos 20 professores participantes do Curso de Formação Continuada de Introdução às Tecnologias Educacionais são os dados utilizados na pesquisa. Nossa pesquisa será de abordagem qualitativa do tipo estudo de caso, com análise interpretativa. O instrumento utilizado para coleta de dados será um questionário com questões abertas e fechadas E em síntese as observações deste estudo poderão ser utilizados como norteadores de ações desencadeadoras para melhorar a qualidade do curso de formação continuada de Introdução à Educação Digital, realizado no NTM para os professores, para o uso das TIC na educação no município de Campo Largo. Estas constatações ajudam a repensar as políticas educacionais de formação continuada de professores para o uso das TIC como auxílio da prática pedagógica em benefício do processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Formação continuada. Docência. Tecnologias.

ABSTRACT

In this dissertation we analyze the process of teachers' continuous training of Campo Largo Municipal Technology Center from 2009 to 2015. The problem of our research is: What are the contributions and implications of Campo Largo Municipal Technology Center for continuing education between the years 2009 to 2015? Our research has as a general objective: analyze the continuing education offered to elementary school teachers by the Campo Largo Municipal Technology Center. Having as specific objectives: present the policy of teacher's training of Campo Largo Municipal Center; analyze the contributions and the implications of the continuous training offered by Campo Largo Municipal Center; point out improvements for the continued formation developed by Campo Largo Municipal Center. The methodological approach was based on pre-supposed critics in the light of theoretical reflection by authors as Cunha (1991), Gatti (2008), Imbernón (2010), Libâneo (2007), Moran (2006), Pimenta (1996), Sacristán (1998), Valente (1999), among others. The research comprised an analysis of the trajectory of the continuous formation organized by this Center, instituted from the implementation of the National Program of Informatics on Education (ProInfo) in Campo Largo. The official documents and the responses of the 20 teachers participating in the Continuing Education Course of Introduction to Educational Technologies are the data used in the research. Our research will be based on qualitative approach of the case study type, with an interpretive analysis of the participants' answers. The instrument used for data collection will be a semi-structured questionnaire, with open and closed questions. In summary, the observations of this study could be used as guiding actions to improve the quality of the Continuing Education course of Introduction to Digital Education, held at NTM for teachers, for the use of TIC on education in the municipality of Campo Largo. These findings help to rethink the educational policies of continuing teacher education for the use of TIC as an aid to pedagogical practice for the benefit of the teaching and learning process.

Keywords: Continuing education. Teaching. Technologies.

LISTA DE TABELAS

Tabela I - Tabela de Progressão Salarial do Magistério	93
Tabela II - Tabela de Cursos Realizados no NTM.....	94
Tabela III - Tabela com os nomes das Escolas que receberam os laboratórios de informática.....	95

LISTA DE ABREVIATURAS

BID - O Banco Interamericano de Desenvolvimento

C. L - Campo Largo

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná

CETE - Coordenação Estadual de Tecnologia na Educação

CETEPAR- Centro de Excelência em Tecnologia Educacional do Paraná

CIED - Centro de Informática Educativa

CMEIS - Centros Municipais de Educação Infantil.

CRTE - Coordenações Regionais de Tecnologia na Educação

DEED - Secretaria de Educação a Distância.

DEIED - Departamento de Informática na Educação a Distância

DITEC - Diretoria de Infraestrutura em Tecnologia Educacional.

EDUCOM - Educação com Computadores

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FPE - Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.

FPM - Fundo de Participação dos Municípios.

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

MEC - Ministério da Educação e Cultura

NTEs - Núcleos de Tecnologia Educacionais

NTM - Núcleo de Tecnologia Municipal

PAR - Programa de Ações Articuladas

PCCS - Plano de Cargos, Carreiras e Salários

PEIE - Programa de Informática na Escola

PR - Paraná

PROINFO - Programa Nacional de Informática na Educação

SEED - Secretaria de Educação de Ensino a Distância

TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Justificativa.....	18
1.2 Problema de Pesquisa.....	21
1.3 Objetivo geral e específicos.....	22
CAPÍTULO 2 – A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONDUÇÃO DESSA FORMAÇÃO.....	24
2.1 Políticas e legislação sobre a formação docente.....	24
2.2 Concepções sobre a formação continuada.....	36
2.3 A formação docente e as Tecnologias Educacionais.....	40
2.4 Políticas e legislação da formação de professores no município de Campo Largo.....	44
CAPÍTULO 3 - O NÚCLEO DE TECNOLOGIA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO.....	48
3.1 O Surgimento do Núcleo e sua legislação.....	54
3.2 Ações para a formação de professores.....	59
CAPÍTULO 4 - PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	65
4.1 Abordagem de Pesquisa.....	65
4.1.1 Estudo de Caso.....	68
4.1. 2 Tipos de Estudo de Caso.....	69
4.2 Os sujeitos pesquisados.....	70
4.3 O instrumento de coleta de dados.....	71
4.4 O processo de análise dos dados coletados.....	72
4.5 Análise dos questionários.....	73
4.6 Sugestões de melhorias para o Curso de Introdução à Educação Digital.....	77
CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS.....	81
ANEXO I – Questionário entregue para os professores.....	90
ANEXO II – Ofício nº 1403/2009/DIETEC/SEED/MEC.....	92

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

O progresso tecnológico origina mudanças nos sistemas de conhecimento e nas novas formas de trabalho, além de influenciar a economia, a política e na organização da sociedade. Esse fenômeno pode ser observado ao longo de toda história da humanidade e segundo Lima (2001, p. 02) “[...] a evolução das tecnologias nada mais é que a evolução do pensar humano”.

A utilização crescente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)¹ tem gerado grandes transformações na sociedade contemporânea, com destaque na construção de conhecimento, devido à multiplicação do acesso às informações disponibilizadas no ciberespaço², as quais permitem pesquisas colaborativas em grupo e em rede, revolucionando os processos de aprendizagem e a interação entre várias instituições e escolas.

Atualmente as TIC, nas mais diferentes formas, fazem parte da vida das pessoas, nas mais diversas instâncias. A grande maioria das crianças das regiões urbanas no seu dia-a-dia têm contato com várias tecnologias e a escola não pode ficar alheia a esse acontecimento. Pois, conforme Bévort e Belloni (2009, p. 1084) “[...] a integração das TIC na escola é fundamental, pois, já estão presentes na vida de todas as crianças e adolescentes”.

Já a Formação Continuada de professores participa da vida social, por isso deve procurar englobar as TIC nas escolas, como forma de democratizar o acesso às atuais tecnologias, com a intenção de produzir a apropriação e reflexão dessas ferramentas pela comunidade escolar.

Entendemos que as tecnologias de informação e comunicação precisam ser incorporadas à proposta pedagógica dos cursos de formação de professores dos municípios e estados. E que, portanto, tais recursos só vêm somar na metodologia de ensino e aprendizagem, nota-se que não basta apenas que os docentes se apoiem em recursos como das tecnologias, mas busquem incorporar o

¹ TIC é o resultado da fusão de três grandes vertentes técnicas: a informática, as telecomunicações e as mídias eletrônicas. (BELLONI, 2005).

² Ciberespaço, conforme Lévy (1999) é o espaço criado pela Internet, onde se armazenam dados e se constroem textos. Trata-se de um espaço que não existe fisicamente, mas é um espaço de interligação entre pessoas, construindo assim, uma rede de intersubjetividade.

conhecimento técnico ao conhecimento pedagógico, de forma que estes possam caminhar juntos.

E para que isso aconteça, torna-se necessário que os educadores unam os conteúdos curriculares e os recursos tecnológicos de maneira organizada e coerente, construindo um aprendizado emancipatório, transformador, significativo que desenvolva competências e habilidades que permitam atuar em sociedade, por isso os cursos de formação continuada nessa área do conhecimento se fazem tão importantes.

Todavia, as tecnologias devem ser pensadas e empregadas de modo a enriquecer os trabalhos dos professores. Dessa maneira, a incorporação das TIC no currículo de formação continuada dos professores, visa preparar profissionais independentes, reflexivos e aptos de ajustar suas estratégias didáticas.

Seguindo essa análise, passamos a nos debruçar sobre as Políticas Públicas, as quais, segundo Cunha e Cunha (2002) “[...] têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que surgem da sociedade e do seu próprio interior, sendo estas a expressão do compromisso público de atuação numa determinada área em curto, médio e longo prazo” (CUNHA e CUNHA, 2002, p. 12). Sua construção obedece a um conjunto de diretrizes, prioridades, princípios e objetivos com normas bem definidas.

Estudar também, as Políticas Educacionais é condição primordial para entender o processo de inclusão das TIC e como ocorre a formação de professores para trabalho docente. Para isso, é necessário compreender as diretrizes, os programas, os projetos e as ações na área.

As Políticas Públicas Educacionais vigentes, implantadas e implementadas, a partir de um regime de colaboração e cooperação tem envolvido todos os níveis de governo – federal, estadual, municipal, além de algumas empresas e indústrias com a finalidade de inserir as tecnologias digitais nas escolas públicas.

Conforme disposto no Projeto de Lei, nº 8.035/2010, do Plano Nacional de Educação - 2011/2020, “Universalizar o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e aumentar a relação computadores/estudante nas escolas da rede pública de educação básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação” (BRASIL, 2011, p. 27). A presença das tecnologias de informação e comunicação são recursos importantes que auxiliam na a atualização das escolas.

O governo federal desde a década de 1980 vem implantando políticas públicas para inclusão de tecnologias digitais nas escolas públicas brasileiras. No início, houve a instalação de laboratórios de informática para as escolas públicas a partir da implementação de projetos, como o Educação com Computadores (EDUCOM 1983), e políticas públicas educacionais, dentre elas o Programa Nacional de Informática Educativa (PRONINFE, 1989) e o Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO, 1997), que visavam a instalação de laboratórios de informática com uma média de 12 a 19 computadores, com previsão de conexão à internet, para o uso de alunos e docentes. No que se refere à forma de implementação das políticas públicas educacionais, coube ao MEC a compra, distribuição e a formação dos professores, e aos estados e municípios a responsabilidade da adequação da infra-estrutura física das escolas e a conservação e manutenção desses equipamentos (COELHO; PRETTO, 2014).

Dentre esses programas destacamos o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), que foi criado em 09 de abril de 1997, pela portaria 522, por meio da Secretaria de Educação a Distância do Ministério de Educação e Cultura, e é a atual proposta do governo federal para introduzir a tecnologia de informática na rede pública de ensino. Segundo Martins e Flores (2015) o ProInfo é o resultado de diferentes iniciativas que se iniciaram na década de 1970, com as primeiras pesquisas realizadas nas universidades federais brasileiras.

No final dos anos 1980, foi criado o Programa Nacional de Informática Educativa (Proninfe), implantado pela Secretaria Geral do MEC, que concretizou as diversas ações já desenvolvidas e definiu orçamento para investimentos nessa área (MARTIN; FLORES, 2015).

A primeira versão do ProInfo teve como proposta principal a implementação da informática na escola pública. A meta inicial do programa era habilitar 25 mil professores e atender 6,5 milhões de estudantes do ensino fundamental e médio, das redes estaduais e municipais, por meio da aquisição de 100 mil computadores instalados e interligados à Internet. E um dos pilares do programa era a formação continuada de professores e, para isso, foram instalados e estruturados os Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE) (SCHNELL, 2009).

Os Núcleos de Tecnologia Educacionais (NTE), que são estruturas descentralizadas, estaduais e municipais e que dão apoio ao processo de informatização das escolas, auxiliam no processo de planejamento e inclusão das

novas tecnologias, além de ofertarem suporte técnico e capacitação dos professores e das equipes administrativas das escolas. Os Núcleos de Tecnologias Educacionais dispõem de uma equipe composta por professores multiplicadores³. Estes professores foram formados em cursos de especialização, em nível de pós-graduação, e tem como sua principal atividade, formar outros multiplicadores que desenvolvam e dinamizem o uso pedagógico do computador (BRASIL,1997).

Mesmo com os avanços, Schnell (2009) avalia os resultados do programa como inquietantes, pois em relação a formação atendeu inicialmente apenas 58.640 professores em um total de 1.617.000 de docentes existentes no Brasil, conforme o Censo do Professor (BRASIL, Inep, 1997), realizado pelo Ministério da Educação.

E após dez anos da implementação do programa a Presidência da República, por meio do Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007, elaborou novas diretrizes para o PROINFO, que passou a se chamar Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo). Este novo decreto visou promover ações para efetivar o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas da educação básica, o qual destacamos o inciso 3 onde diz “promover a capacitação dos agentes educacionais envolvidos nas ações do Programa” (BRASIL, 2007).

Os objetivos do programa deram origem a um conjunto de ações do governo federal, cujo, resultado mais concreto foi à implantação das salas de informática, tão ansiadas e almeçadas por muitas escolas. Concretizando, em parte, um dos objetivos do atual ProInfo, que é “contribuir com a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, da conexão à rede mundial de computadores e de outras tecnologias digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima a escola” (BRASIL, 2007).

Segundo Flores (2014), a reestruturação do Programa, conforme dados da Secretaria de Educação a Distância (Seed), atualmente extinta, elevou o número de escolas públicas com laboratórios de 4.812 em 2002, para 94.100 em 2008, com uma meta, naquele momento, de alcançar 138.405 escolas em 2010.

³ Os profissionais da educação que trabalham nos NTEs do Brasil são assim chamados, por terem como função primeira multiplicar aos professores e coordenadores dos laboratórios de informática o conhecimento adquirido ao longo dos Cursos de Especialização em Informática Educativa oferecida pelo MEC em parceria com os Estados e prefeituras. A participação em tais cursos é pré-requisito para que um educador se torne um multiplicador do PROINFO (BRASIL, 1997).

Com a reestruturação, “o programa, ampliou suas metas tanto em relação ao número de escolas a receber os equipamentos quanto ao aumento do número de professores a serem capacitado” (BRASIL, 2007).

O programa adquiriu 147.355 microcomputadores para atender a 14.521 escolas, beneficiando teoricamente, 13.402.829 estudantes e o uso pedagógico desta tecnologia educacional estaria sendo assegurado por meio de capacitação de mais de 323.281 professores das escolas atendidas, por multiplicadores de 377 Núcleos de Tecnologia Educacionais já instalados (FLORES, 2014, p. 25).

É relevante enfatizar que o Brasil naquele período possuía um total de 168.436 escolas públicas, federais, estaduais e municipais, com 42.334.346 alunos matriculados nos ensinos fundamental, médio e educação de jovens e adultos. Sendo um número muito superior ao número de escolas e alunos atendidos pelo ProInfo (FLORES, 2014).

Com relação ao acesso à internet é importante mencionar a pesquisa de Coelho e Pretto (2014, p. 2) na qual, “a internet está presente na maioria das escolas públicas (89%), contudo, 32% das escolas têm conexão com menos de 1 Mbps, 26% de 1 a 2 Mbps, 13% 2 a 4 Mbps, 4% 4 a 8 Mbps, 8% acima de 8 Mbps”.

Após 18 anos da implantação do ProInfo, é importante identificar os resultados alcançados e analisar sua pertinência em relação aos seus objetivos, visto que, recursos financeiros expressivos já foram investidos.

A importância de programas que visam a universalização do uso de tecnologia digitais nos sistemas de ensino é justificativa pela crescente e irreversível presença do computador nos mais corriqueiros atos da vida social (BRASIL/PROINFO/DIRETRIZES, 1997), uma decorrência da obrigação do poder público de diminuir as desigualdades sociais geradas entre as pessoas que têm ou não, acesso a essas tecnologias, vislumbrando igualdades de oportunidades.

1.1 Justificativa

Considerando a importância da formação continuada de professores segundo os autores como Imbernón (2010), Sacristán (1999), Gatti, (2008). A necessidade da qualidade da educação para melhorar o país segundo Libâneo (2004), Perrenoud (2000), Nóvoa (2006). E a relevância da escola com profissionais qualificados como

Kenski (2007), Moran (2006), justifica-se a importância deste estudo devido à necessidade de formação continuada permanente de professores, principalmente por estar diante de um desenvolvimento tecnológico, no qual, a cada dia que passa, surgem novos dispositivos que poderão ser utilizados nos processos de ensino.

Neste sentido é importante que os professores recebam uma formação continuada de qualidade, para atuar de forma competente, frente as exigências do atual momento que vivemos.

Justifica-se ainda a importância deste estudo, considerando que se trata de um trabalho não realizado no âmbito do município de Campo Largo⁴, PR, o qual será de extrema importância, pois se trata um estudo inédito sobre o Núcleo de Tecnologia Municipal (NTM), e sobre os laboratórios de informática implantado nas escolas municipais pelo Programa Nacional de Tecnologia Educacional de Informática na Escola (ProInfo).

Nossa pesquisa parte de autores como: Belloni (2005), Behrens (2000), Shui (2003), Schnell (2009) entre outros, os quais me instigaram a pesquisar sobre a formação de professores no Núcleo de Tecnologia Municipal ou NTM, como iremos chamá-lo.

No caso específico desta dissertação, procuramos apresentar um olhar sobre a Formação Continuada de Professores no curso de Introdução à Educação Digital do Núcleo de Tecnologia Municipal de Campo Largo no período de 2009 a 2015.

No entanto, para contextualizarmos e entendermos um pouco mais o nosso cenário de pesquisa, faremos um breve relato sobre a implantação do ProInfo no Estado do Paraná.

Segundo Barros (2009) a adesão ao Programa ProInfo se efetivou no primeiro semestre de 1997. Neste período, foram elaborados pelas escolas públicas projetos educacionais de inclusão de computadores nas escolas, isto com auxílio de técnicos da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR). Estes projetos foram encaminhados ao ProInfo/MEC para análise e validação.

⁴ Campo Largo é um município brasileiro do Estado do Paraná e sua fundação ocorreu em 1870. Está situado a sudeste do Estado do Paraná e pertence à Região Metropolitana de Curitiba. Criado pela Lei nº 219 de dois de abril de 1870, instalado em 23 de fevereiro de 1871 e desmembrado de Curitiba. Sua extensão territorial é de 1.282.564 km². Sua população está estimada segundo Censo do IBGE 2014, em 122.443 (vinte e dois, quatrocentos e quarenta e três mil) habitantes. O município é conhecido como “Capital da Louça” devida à expressiva produção e exportação desse material. (CAMPO LARGO, 2009, p.5)

Após aprovação destes, houve a instalação de 13 Núcleos de Tecnologia Estaduais (NTEs) sendo, dois Núcleos de Tecnologia Estaduais (NTEs) na cidade de Curitiba e um NTE em cada uma das cidades de Campo Mourão, Cascavel, Cornélio Procopio, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Londrina, Maringá, Pato Branco, Ponta Grossa, Umuarama e de Telêmaco Borba (BARROS, 2009).

Cada um dos 13 Núcleos de Tecnologia Estaduais (NTEs) implantados nestas cidades possuía um laboratório de informática com 21 computadores e periféricos, onde eram ministrados cursos de capacitação intitulados Metodologia Aplicada à Informática Pedagógica, destinados aos professores das diversas áreas do conhecimento das escolas públicas estaduais e municipais (BARROS, 2009).

No que se refere à formação de docente para atuação como multiplicadores nos Núcleos de Tecnologia Estaduais (NTEs), em 1997 e 1998, o ProInfo financiou o curso de Especialização em Informática na Educação para professores da rede pública de ensino do Paraná. O Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET/PR), de Curitiba, foi responsável pela abertura de duas turmas de especialização em informática na educação nos anos de 1997 e 1998. Foram 76 profissionais inscritos, sendo 58 da rede pública de ensino, que passaram a atuar nos NTEs (BARROS, 2009).

Já no município de Campo Largo que é o foco de nossa pesquisa, tendo em vista, a necessidade de uma política de inserção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em toda rede municipal, foi implantado em 2009, o Núcleo de Tecnologia Municipal (NTM), como iremos chamá-lo na dissertação, da Secretaria Municipal de Educação de Campo Largo, como parte do Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo), que tem como objetivo introduzir as tecnologias de informática e telemática⁵ nas escolas da rede pública do país, mediante a implantação de laboratórios de informática.

Isso aconteceu depois de um Projeto enviado ao MEC, justificando a necessidade de uma política de inserção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em toda rede municipal de ensino, a qual iria beneficiar toda a comunidade escolar e melhorar a qualidade de ensino.

Em 22 de junho de 2009, o prefeito municipal da época, recebeu um ofício enviado pela Secretaria de Educação a Distância/Diretoria de Infra-Estrutura em

⁵ Telemática, significa a utilização combinada dos recursos informáticos e de telecomunicação para efetivar a comunicação à distância (MENEZES; SANTOS, 2001).

Tecnologia Educacional – DITEC, sob o número de 1403/2009/ DITEC/SEED/MEC⁶, cujo, assunto era a Homologação do Núcleo de Tecnologia Educacional de Campo Largo.

Neste mesmo ofício a DITEC informou que a partir da data da homologação, o NTM de Campo Largo ficava responsável pela sensibilização e motivação para incorporação das tecnologias de informação e comunicação nas atividades didático-pedagógicas normais, capacitando professores multiplicadores e equipes de suporte técnico, por meio de cursos e assessoramento pedagógico (CAMPO LARGO, 2009).

Por meio desse projeto, todas as escolas do município receberam o laboratório ProInfo do MEC, sendo cada um composto por 17 computadores e uma impressora para as escolas urbanas e 5 computadores e uma impressora para as escolas rurais.

Conforme documentação o Núcleo de Tecnologia Municipal de Campo Largo tem como missão, implementar a Política de inserção das Tecnologias de Informação e Comunicação na Rede Municipal de Ensino, visando o acesso e a produção crítica e criativa do conhecimento permeado pelas mídias. Sua principal função é coordenar a implantação e implementação dos laboratórios de informática nas escolas e preparar os professores para o processo de incorporação dessa tecnologia em sala de aula.

Trata-se de um elemento essencial dos processos de produção, reprodução e transmissão da cultura, pois as mídias fazem parte da cultura contemporânea e nela desempenham papéis cada vez mais importantes, sua apropriação crítica e criativa, sendo, pois, imprescindível para o exercício da cidadania (BÉVORT; BELLONI, 2009, p. 1083).

Considerando a importância do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), a Proposta Pedagógica do Curso de Introdução à Educação Digital e as Políticas do Município o nosso problema de pesquisa é, **quais são as contribuições e implicações do núcleo de tecnologia do municipal de campo largo para a formação continuada dos professores entre os anos de 2009 até 2015?**

Partimos do pressuposto que os programas de formação continuada realizados pelo Núcleo de Tecnologia Municipal de Campo Largo (NTM) têm como foco principal o uso instrumental das Tecnologias, ficando o aspecto pedagógico em

⁶ Cópia do Ofício encontra-se em anexo.

segundo plano. Portanto, entendemos que a instalação de computadores nas escolas é condição básica, mas não suficiente para integrar as TIC à educação. É necessário que o professor tenha conhecimento sobre as TIC, saiba utilizá-las no processo de ensino e aprendizagem e assim, favoreça a qualidade da educação, a formação do aluno para a sociedade. Pois, para que isso aconteça, um dos aspectos mais importantes a ser considerado é a formação do professor, que precisa estar preparado para integrar as novas tecnologias ao seu fazer pedagógico como um instrumento de trabalho.

No intuito de averiguar nosso problema de pesquisa acima, nosso objetivo geral é **analisar as repercussões da formação continuada oferecida aos professores do Ensino Fundamental a partir da implantação do Núcleo de Tecnologia Municipal de Campo Largo no período de 2009 a 2015.**

Tendo como objetivos específicos:

- Apresentar a política de formação de professores do NTM de Campo Largo;
- Analisar as contribuições e as implicações da formação continuada ofertada;
- Apontar melhorias para a formação continuada desenvolvida pelo NTM de

Campo Largo.

O Núcleo de Tecnologia Municipal não é o único responsável pela formação em serviço dos professores e por preparar o educador para atuar criticamente com as novas tecnologias na educação. Assim, como afirma BEHRENS (2000, p. 99), “[...] o recurso por si só não garante a inovação, mas depende de um projeto bem arquitetado”. Por isso, faz-se necessário contemplar também, na formação continuada dos professores os fundamentos teóricos de uma educação voltada para os meios de comunicação, posto que as TIC estão sendo pouco a pouco incorporadas no nosso cotidiano, ainda que de modo desigual, integrando todos os espaços e modificando as nossas formas de ser e pensar o mundo.

Para subsidiar a pesquisa partimos da pesquisa documental e análise dos documentos disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação, pelo Núcleo de Tecnologia Municipal e pelo Sindicato do Magistério de Campo Largo, a luz da reflexão teórica em autores como Góes (2008), Moran (2006), Cunha (1991), Gatti (2008), entre outros.

A dissertação está organizada em quatro capítulos, sendo este o primeiro, a **Introdução**. O segundo é denominado de **“A formação de professores e o papel das políticas públicas na condução dessa formação”**. Neste capítulo

apresentamos as Políticas e a legislação sobre a formação docente; Concepção sobre a formação continuada; A formação docente e as Novas Tecnologias, e encerramos este capítulo falando sobre as Políticas e legislação da formação de professores no município de Campo Largo-PR. O que permite ao leitor uma contextualização do campo de pesquisa. Os principais autores utilizados para embasar esse capítulo são: Bianchetti (2001), Libâneo (1994), Nóvoa (2006).

O terceiro capítulo intitulado de “**O núcleo de tecnologia municipal de Campo Largo**”. Neste capítulo apresentamos o Surgimento do Núcleo de Tecnologia e sua legislação e as Ações para a formação de professores o que permite ao leitor uma maior compreensão do tema estudado. Neste capítulo os autores que permearam a reflexão foram Barros (2009), Chagas (2010), Coelho; Pretto (2014).

O quarto capítulo apresenta o “**Percurso Metodológico da pesquisa**” que apresentará uma pesquisa de abordagem qualitativa do tipo estudo de caso. Neste capítulo iremos apresentar o percurso de pesquisa realizada.

A população abordada será constituída de 20 (vinte) professores capacitados no curso de Introdução à Educação Digital, oferecido pelo Núcleo de Tecnologia Municipal e lotados em treze escolas municipais de Campo Largo.

O instrumento utilizado para a coleta de dados será um questionário semi-estruturado com questões abertas e fechadas. Tendo como público alvo 20 professores das escolas municipais selecionadas, dos 262 docentes que concluíram os Cursos de Introdução à Educação Digital (60 horas) no Núcleo Municipal de Campo Largo de 2009 a 2015. Na elaboração do questionário que foi enviado aos professores se levou em consideração os aspectos pedagógicos e os recursos tecnológicos utilizados.

Na pesquisa de campo, a autora optou por entregar em mãos os questionários para os professores. A pesquisadora fez questão de explicar sobre a pesquisa para todos os entrevistados e sanar todas as dúvidas e esclarecimentos sobre as perguntas dos questionários. Os questionários depois de preenchidos foram devolvidos para autora, para análise estatística e para avaliação da coerência e dos dados.

Como sugestões de melhorias para o curso de Introdução à Educação Digital, que foi o curso escolhido do NTM para pesquisarmos, colocamos que deve-se haver maior preocupação do poder público em relação a investimentos para manutenção

dos equipamentos, dos laboratórios e atualização dos softwares educativos. Além, da preocupação com a formação continuada tecnológica dos professores ser fundamental para que o docente e seus alunos possam usufruir adequadamente dos bens disponibilizados na escola.

E, por último, nas “**Considerações Finais**”, retomamos a proposta da pesquisa e seus objetivos, procurando respondê-los, apresentando os resultados a partir da análise e interpretação dos dados coletados e da reflexão sobre a formação continuada dos professores do Núcleo de Tecnologia Municipal de Campo Largo no período de 2009 a 2015.

CAPÍTULO 2 - A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ORIENTAÇÃO DESSA FORMAÇÃO

2.1 POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE

Para que a educação se tornasse um direito humano, foi fruto de conquistas históricas que se configuram em políticas públicas da educação. No início do século XX, o *Manifesto dos Pioneiros*, elaborado em 1932, redigido por Fernando de Azevedo e por um conjunto de educadores da época, levou a sociedade a repensar sobre os problemas pelos quais a educação vinha passando:

- a) A educação é considerada em todos os seus graus como uma função social e um serviço essencialmente político que o Estado é chamado a realizar com a cooperação de todas as instituições sociais;
- b) Cabe aos estados federados organizar, custear e ministrar o ensino em todos os graus, de acordo com os princípios e as normas gerais estabelecidas na Constituição e nas Leis ordinárias pela União, a quem compete à educação na capital do país, uma ação supletiva onde quer que haja deficiência de meios e a ação fiscalizadora, coordenadora e estimuladora pelo Ministério da Educação [...] (RIBEIRO, 2007, p.108).

Em linhas gerais o *Manifesto dos Pioneiros* defendia uma escola pública obrigatória, laica e gratuita, onde o Estado deveria se responsabilizar pelo dever de educar, responsabilidade esta que até então, era atribuída à família.

Já em 1961, surgiu a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), a Lei 4024/61. Essa lei foi importante para organizar as políticas educacionais da época, pois não havia antes dela uma lei específica para a

educação no Brasil. Ela trouxe como principais mudanças o acesso ao nível superior, a criação do Conselho Federal de Educação e dos Conselhos Estaduais. Regulava a concessão de bolsas, a aplicação de recursos do sistema público e da iniciativa privada. Também previa a cooperação entre União, Estados e Municípios.

Na LDB 4024/61, nos artigos 52 e 53 constam que a formação do professor para o ensino primário se dará em Escola Normal de no mínimo quatro anos com preparação pedagógica.

Art. 52. O ensino normal tem por fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário, e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância. Art. 53. A formação de docentes para o ensino primário far-se-á: a) em escola normal de grau ginásial no mínimo de quatro séries anuais onde além das disciplinas obrigatórias do curso secundário ginásial será ministrada preparação pedagógica; b) em escola normal de grau colegial, de três séries anuais, no mínimo, em prosseguimento ao vetado grau ginásial (BRASIL, 1961).

A formação do professor de ensino primário, pela Lei nº 4024/61 ocorria pelo Curso Normal, que além das disciplinas obrigatórias também oferecia as matérias para a preparação pedagógica docente.

Dez anos depois, em 1971, houve uma alteração nos capítulos da LDB nº 4.024/61 que tratavam do ensino primário e médio, os quais passaram à denominação de 1º e 2º graus. Além disso, propunha que a formação fosse voltada para a preparação de mão de obra, tornando o ensino profissional obrigatório. Quanto à formação de professores a Lei nº 5.692/71 estabelecia curso superior de licenciatura plena.

Depois do regime militar, ocorreu uma participação social na gestão pública como conseqüência de uma maior participação política. A discussão sobre a nova constituição foi um processo muito importante na luta contra a ditadura militar e na formação das noções de cidadania. Ao longo do ano de 1986, debates para a elaboração da Nova Constituição de 1988 foram realizados entre vários agentes políticos.

E atendendo aos ensejos da sociedade civil a Constituição de 1988, garantiu a educação como um direito social, como um direito de todos e como um dever do Estado e da família (BRASIL, 1988). Nesse contexto a Constituição Federal de 1988 apresentou pela primeira vez na história das constituições brasileiras, um capítulo inteiro dedicado à educação.

Art.6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados, na forma da Constituição. (Constituição Federal, pág.7)

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

O artigo 208 detalha sobre este Direito a Educação:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º. O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º. O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º. Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola (BRASIL, 1988).

Outro item importante para a educação brasileira é o que se refere ao seu financiamento. A Constituição estabeleceu qual seria o mínimo a ser empregado na manutenção e desenvolvimento do ensino por cada esfera pública:

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1988).

Em relação à valorização docente, o artigo 206, inciso V, declara que o profissional do ensino público tem a garantia de plano de carreira, piso salarial e ingresso por concurso público. A profissão passou a ser desta forma, como uma carreira, sendo esta uma grande aquisição dos profissionais da educação, tendo em vista que antes nenhum outro documento oficial tinha lhes dedicados à garantia

desses direitos. A partir da Constituição, os professores, obtiveram acesso à sindicalização e o direito à greve.

É preciso fortalecer as lutas sindicais por salários dignos e condições de trabalho. É preciso, junto com isso, ampliar o leque de ação dos sindicatos envolvendo também a luta por uma formação de qualidade, de modo que a profissão ganhe mais credibilidade e dignidade profissional (LIBÂNEO, 2010, p.4).

Os professores passaram também a ter direito à aposentadoria com proventos integrais, após 30 anos de efetivo exercício nas funções do magistério e as professoras com 25 anos de trabalho.

Muitas foram às garantias oferecidas em lei aos professores, visto que esses, até então, não possuíam estes direitos. Se a preocupação é com uma educação pública gratuita e de qualidade, para que ela se efetive, a valorização do profissional docente deve ocorrer. O ato de educar implica na relação com o outro, em relações afetivas, onde um profissional irá trabalhar com mais entusiasmo, mais dedicação e verá o esforço de seu trabalho sendo recompensado e, conseqüentemente isso irá refletir positivamente na qualidade da educação. É também, um ato político, como afirma Libâneo (1994), porque o magistério se realiza no contexto das relações sociais.

A Lei nº. 9394/96, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) é uma lei de diretrizes, que define e regulariza o sistema educacional. Assim sendo, a educação no Brasil é regida por esta lei, pois delinea as linhas mestras sobre a educação. A LDB9394/96 foi sancionada em 20 de dezembro de 1996 e mesmo tendo muito a avançar em termos de educação, a sua promulgação representou, um grande progresso no que diz respeito às políticas educacionais.

Baseada no princípio do direito universal à educação, a LDB de 1996 trouxe algumas mudanças em relação às leis anteriores, como a inclusão da educação infantil (creches e pré-escolas) como primeira etapa da educação básica. No artigo 22 da LDB 9394/96, a educação básica, formada pela educação infantil, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio, tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania.

A LDB 9394/96 vai reafirmar o direito à educação, garantido pela Constituição Federal como demonstra o ART. 6º: "São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à

maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição” (BRASIL, 1988, p. 07).

Todos os indivíduos têm direito a educação, a qual deve ser um dos elementos básicos, para a formação humana e requisito fundamental para o desenvolvimento de um país.

As Diretrizes e Base da Educação estabelecem os princípios da educação como igualdade, liberdade e gratuidade do ensino e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública. Os Municípios e Estados trabalharão em regime de colaboração, com assistência da União, para que os direitos universais sejam garantidos (BRASIL, 1996).

A educação escolar brasileira, conforme a LDB de 96, no artigo 21, está dividida em dois níveis: a educação básica de competência dos Estados e Municípios e o ensino superior que é de competência da União. Pode ainda ser ofertada pelos Estados e Municípios, desde que estes já tenham atendido os níveis pelos quais são responsáveis, em sua totalidade. Na LDB 9394/96 os professores ganharam um capítulo específico, o que resultou na conquista de algumas garantias em forma de lei.

Quanto à prática docente e a formação dos professores estabeleceu-se o prazo de dez anos para que todos os professores da Educação Básica obtivessem a titulação acadêmica de nível superior para atuar nas salas de aula.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 1996).

Percebe-se, no artigo 62 da LDB 96, uma lacuna aceitando uma formação mínima para os professores que atuam na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental. Isto se deve a uma necessidade e também uma dificuldade na busca de formação dos professores como um todo.

Quanto à formação continuada e capacitação dos profissionais do magistério, ela poderá ser realizada a distância, promovidas pelos sistemas de ensino, em regime de colaboração. Já a formação inicial do professor se dará em regime presencial, com prática de ensino, ou seja, estágio de mínimo 300 horas, sendo este

pré-requisito para o exercício profissional. Além dos direitos dos profissionais da educação já mencionados, a LDB 9394/96, indica também alguns deveres inerentes a essa profissão. Vejamos:

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de: I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (BRASIL, 1996).

Como a atividade docente vai muito além do apenas executar, os professores devem participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino aonde atuam. Desta forma os professores devem buscar constante aperfeiçoamento profissional, pois a participação nas questões pedagógicas assim exige.

Já o art. 67, damos ênfase ao inciso II, o qual faz menção para que se efetive a formação continuada dos profissionais da educação, os quais possam ser assegurados alguns direitos por meio de estatutos e planos de carreira do magistério público. Estes estatutos devem ser adotados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, como está demonstrado a seguir e indicam que:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
III - piso salarial profissional;
IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
VI - condições adequadas de trabalho (BRASIL, 1996) grifo da autora.

Além dos direitos citados acima foi estabelecido à organização do Plano de Cargos e de Remuneração do Magistério. Ele é um conjunto de normas estabelecidas legalmente (estadual ou municipal) e tem por objetivo regulamentar as condições e o processo de movimentação na carreira. Estabelece também a progressão do profissional da educação (por níveis, categorias, classes). Estabelece

assim, os adicionais⁷, incentivos⁸ e gratificações⁹, e os correspondentes critérios e escalas de evolução da remuneração. Na esfera municipal, esse Plano deve ser elaborado pela Prefeitura, juntamente com a coordenação da Secretaria Municipal de Educação (ou órgão equivalente).

A LDB colocou a formação de docentes, lembrando que cabe aos sistemas de ensino promover o aperfeiçoamento e a capacitação profissional mediante a formação contínua, ao mesmo tempo em que estabeleceu uma associação entre teorias e práticas.

Já o Conselho Nacional de Educação, CNE institui em 2002 as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura e de graduação plena.

Art. 9º. A autorização de funcionamento e o reconhecimento de cursos de formação e o credenciamento da instituição decorrerão de avaliação externa realizada no *locus* institucional, por corpo de especialistas direta ou indiretamente ligados à formação ao exercício profissional de professores para a educação básica, tomando como referência as competências profissionais de que trata esta Resolução e as normas aplicáveis à matéria (CNE, 2002).

Na data de 30 de janeiro de 2009, no Diário Oficial da União, é publicada a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Destaca-se no documento a importância do professor no processo educativo da escola, assim como a formação continuada, entendida como parte fundamental da profissionalização docente (BRASIL, 2009).

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, entre os princípios nacionais da educação está a valorização dos professores e a importância dos programas de formação inicial e continuada para o professor.

Parágrafo primeiro do artigo 57 da Resolução nº 4 de 13 de julho de 2010 e Parecer nº 7/2010:

Art. 57. Entre os princípios definidos para a educação nacional está a valorização do profissional da educação, com a compreensão de que

⁷ Adicional: são quantias suplementares acrescentadas ao imposto ou aos vencimentos de funcionários públicos, geralmente em razão do tempo de serviço.

⁸ Incentivo: estímulo, incitamento.

⁹ Gratificação: soma de dinheiro paga ao assalariado além da remuneração. Retribuição por serviço extraordinário. Remuneração atribuída a certos cargos do serviço público.

valorizá-lo é valorizar a escola, com qualidade gestorial, educativa, social, cultural, ética, estética, ambiental.

§ 1º A valorização do profissional da educação escolar vincula-se à obrigatoriedade da garantia de qualidade e ambas se associam à exigência de programas de formação inicial e continuada de docentes e não docentes, no contexto do conjunto de múltiplas atribuições definidas para os sistemas educativos, em que se inscrevem as funções do professor (CNE 2010, p.18).

Como vimos acima à legislação está voltada para a formação do docente e para sua valorização.

Conforme a legislação que vigora hoje no Brasil, o professor para exercer sua profissão, deverá capacitar-se para exercer suas atividades de acordo com as exigências do mercado de trabalho, além da formação continuada promover melhoria nas condições de salário e carreira.

Em relação às legislações existentes, nota-se uma preocupação com a formação do professor nos (artigos 205, inciso V e 214, inciso IV da Constituição Federal de 1988 e artigos, 62 e 62A da LDB de 1996). Sendo assim, para múltiplas atribuições dos sistemas educativos e aos programas de formação se insere a valorização do professor. Mas no século XXI a profissão docente, foi perdendo sua importância, como nos mostra Nóvoa (2006, p. 33):

Os professores nunca viram seu conhecimento específico devidamente reconhecido. Mesmo quando se insiste na importância da sua missão, a tendência é sempre para considerar que lhes basta dominarem bem a matéria que ensinam e possuem um certo jeito para comunicar e lidar com os alunos. O resto é dispensável. Tais posições conduzem a inevitavelmente ao desprestígio da profissão, cujo saber não tem qualquer valor de troca de mercado.

Além da profissão docente, as políticas educacionais também passaram por diversas transformações. Dessa forma, é preciso compreender o que são as políticas públicas e educacionais que permeiam as atividades no ensino, para melhor compreender o trabalho docente.

Políticas públicas nada mais são que ações públicas nas mais diversas áreas como saúde, educação, saneamento em benefício dos cidadãos, com o objetivo de atenderem as necessidades da população e aplicar os recursos arrecadados.

Considerando as políticas sociais como as estratégias promovidas a partir do nível político com o objetivo de desenvolver um determinado modelo social. Estas estratégias se compõem de planos, projetos e diretrizes específicas em cada área de ação social. Em termos globais, integram

estas políticas ligadas à saúde, educação, habitação e previdência social (BIANCHETTI, 2001, p. 88).

As políticas públicas, desta forma, visam resolver os problemas nas mais diversas áreas, com a intenção de garantir os interesses da população. Essas intervenções políticas e ações públicas são organizadas a partir dos interesses de vários segmentos sociais como, por exemplo: o Estado, os professores e a sociedade em geral.

Como política educacional, não podemos deixar de citar também, o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, sancionada sem vetos, no dia 25 de junho de 2014. Este é um instrumento de planejamento que orienta a execução e o aprimoramento de políticas públicas do setor. Fruto de amplos debates entre diversos atores sociais e o poder público. Nele estão definidos os objetivos e metas para o ensino em todos os níveis (infantil, básico e superior) que serão executados nos próximos dez anos (BRASIL, 2014).

De acordo com o art. 7º da referida lei, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios atuarão em regime de colaboração para atingir as metas e implementar as estratégias previstas no texto, de acordo com o inciso 1º da nova lei.

§ 1º Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PNE (BRASIL, 2014).

O Plano Nacional de Educação é uma lei que deve ser lida e observada, pois, o seu cumprimento é objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelo Ministério da Educação (MEC), pelas comissões de educação da Câmara e do Senado, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Fórum Nacional de Educação. O PNE 2014-2024 traz dez diretrizes, entre elas a valorização dos profissionais de educação, um dos maiores desafios das políticas educacionais (BRASIL, 2014).

Tendo como referencia o Plano Nacional de Educação, foi elaborado o Plano Municipal de Educação de Campo Largo, o qual é fruto dos debates das Conferências Municipais, Estaduais e Nacionais da Educação e tem força de constitucionalidade com base no artigo 212 da Constituição Federal, Emenda 59, materializada pela Lei nº 13.005/14.

É o Plano Municipal de Educação que define as metas e estratégias para a Educação de Campo Largo no período de 2015 a 2025. As metas e estratégias que são de obrigação do município e terão força de lei e de colaboração entre os entes da Federação.

Este Plano está construído na perspectiva do empoderamento da Sociedade Civil para manter e garantir a efetividade para além das gestões municipais ou partidos políticos. Por isso se estabelece como um Plano Decenal envolvendo os entes da Federação e a Sociedade Civil.

A educação é saída mais apropriada para o desenvolvimento do Brasil, nessa perspectiva o Plano Municipal de Campo Largo contempla a formação continuada de professores em várias de suas metas, das quais falaremos a seguir a começar pela Meta 12, em específico na estratégia 12.5 onde cita as pós-graduações.

META 12: Garantir que todos os professores da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

ESTRATÉGIA:

12.5 Divulgar junto aos professores da rede pública municipal as pós-graduações: especialização, mestrado e doutorado, a fim de incentivar o ingresso destes profissionais nesse nível de ensino. Buscar a implantação de novas Instituições de Ensino Superior no Município (PME, 2015, p. 81).

A Meta 13 traz a ampliação da proporção de mestres e doutores, analisamos em particular as estratégias 13.2 e 13.3, as quais são de suma importância, tendo em vista que, no município ainda é muito incipiente o número de docentes com esta titulação.

META 13 - Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% de doutores.

ESTRATÉGIAS:

13.2 Incentivar os profissionais da rede municipal pública a buscarem formação através da garantia de afastamento remunerado para cursos de pós-graduação stricto sensu ampliando o número de vagas para até 5% dos profissionais de carreira estabelecendo diferentes percentuais de vagas entre professores e educadores. Atrair a permanência mínima do dobro do tempo de formação para o profissional formado com afastamento remunerado no quadro de profissionais da rede municipal pública.

13.3 Rever o Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Largo, no mínimo a cada dois anos, valorizando financeiramente o profissional com titulação de Pós-graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado (PME, 2015, p. 81).

A Meta 14 vem reforçar o incentivo ao ingresso dos docentes na graduação stricto sensu, onde citamos principalmente as estratégias 14.3 e 14.4 do Plano Municipal de Educação de Campo Largo.

META 14 - Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores, conforme a meta nacional.

ESTRATÉGIAS

14.3 Aumentar o número de vagas de profissionais da rede municipal de ensino que recebem licença remunerada para fins de formação stricto sensu, até os 5% dos profissionais de carreira.

14.4 Garantir que o professor não perca os direitos adquiridos no Plano de Carreira como progressão da carreira, ganho de férias e quinquênio durante licença para formação profissional como Mestrado e Doutorado (PME, 2015, p. 82).

Na Meta 15, o Plano Municipal de Educação de Campo Largo, vem assegurar o direito constitucional garantidos por lei, dos professores em relação à formação inicial e a formação continuada.

META 15 - Garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que trata os incisos I, II e III do art. 61 da Lei nº 9.394/1996, assegurando-lhes a devida formação inicial, nos termos da legislação, e formação continuada em nível superior de graduação e pós-graduação, gratuita e na respectiva área de atuação.

ESTRATÉGIAS:

15.1 Diagnosticar as necessidades de formação dos professores e educadores da rede municipal e da capacidade de atendimento por parte de instituições públicas e comunitárias de educação superior existentes nos Estados, Distrito Federal e Municípios.

15.2 Incentivar, através do Plano de Carreira, em termos percentuais, o acesso e a conclusão do profissional da educação em cursos de licenciatura, assegurando, deste modo, a permanência do mesmo na rede de ensino.

15.3 Buscar junto às instituições de ensino superior, a abertura de mais cursos de licenciatura para serem oferecidos no município. Efetivação do pólo UAB dentro do município.

15.4 Priorizar aos profissionais do quadro próprio do Magistério, com pedagogia e especialização nas áreas de Arte, Educação Física e Educação Infantil, a escolha de vagas para atuar na respectiva área de formação.

15.5 Buscar termo de cooperação para oportunizar cursos de Graduação e Especialização, Mestrado e Doutorado como oferta pública e gratuita (PME, 2015 p. 83).

Já a Meta 16 tem como foco, aumentar o número de professores que atuam na educação básica, nos cursos de formação continuada de pós-graduação lato e stricto sensu. E que é demonstrado nas estratégias 16.2 e 16.3.

META 16: Formar, até o último ano deste PNE, 50% dos professores que atuam na educação básica em curso de pós-graduação stricto ou lato sensu em sua área de atuação, e garantir que os profissionais da educação básica tenham acesso à formação continuada, considerando as necessidades e contextos dos vários sistemas de ensino.

ESTRATÉGIAS:

16.1 Estimular a consolidação e o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa das universidades no município procurando articular e apoiar o aumento do número de mestres e de doutores, tendo como uma das possibilidades a UAB Universidade Aberta do Brasil.

16.2 Fortalecer a formação dos professores e educadores das escolas públicas de educação básica, oferecendo cursos de pós-graduação, estabelecendo termo de cooperação com as instituições de ensino superior, priorizando os profissionais que ainda não possuem a respectiva formação.

16.3 Instituir no município a partir da vigência deste plano, portal eletrônico, para subsidiar a formação continuada através de cursos de capacitação, atuação e valorização dos professores e educadores da educação infantil, Ensino Fundamental – anos iniciais, disponibilizando também gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível para a impressão.

16.4 Oferecer cursos de formação continuada para professores e educadores da rede, pela Secretaria Municipal de Educação ou entidades a ela vinculada, respeitando as necessidades, e as áreas de atuação do docente.

16.5 Viabilizar a adesão e estimular o uso de mídias educacionais, bem como a Plataforma Freire - MEC como forma de garantir a formação acadêmica e ou continuada (PME, 2015, p. 86-87).

É importante mencionarmos a Meta 18, pois é a última meta que fala de formação continuada dos professores, para falar em especial da estratégia 18.13 onde, através da criação da função professor/educador Auxiliar, ajudará a suprir o afastamento dos professores que participam dos programas de formação continuada assegurando, assim, à hora atividade destes.

META 18 - Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definindo em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

ESTRATÉGIA:

18.13 Garantir a função de Professor/Educador Auxiliar em todos os estabelecimentos de ensino público municipal para suprir professores de licença ou com período superior a 15 dias de afastamento, assegurando hora atividade e participação dos professores em programas de formação continuada (PME, 2015, p. 89).

E para finalizar nossa análise sobre o Plano Municipal de Educação de Campo Largo, notamos que em relação ao Núcleo Municipal de Educação que é nosso objeto de pesquisa, o Plano Municipal de Educação apenas faz uma pequena

referência a este, como comprova a citação a seguir, “[...] Campo Largo dispõe de um Núcleo Municipal de Tecnologia, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, além, dos laboratórios de informática disponíveis nas escolas [...]” (PME, 2015, p. 70).

2.2 CONCEPÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA

A palavra professor é proveniente do latim “professore”, significa aquele que professa ou ensina uma ciência, uma arte, o saber, o conhecimento (HELATCZUK, 2010). Logo, para ensinar, o professor necessita estar impregnado do conhecimento que adquire por meio da formação continuada e pela prática cotidiana.

Deste modo, não há como discutir sobre educação de qualidade sem falar em formação de professores, no caso específico desta dissertação nos referimos à formação continuada de professores. Tendo em vista que, a formação continuada vem sendo considerada juntamente com a formação inicial, um tema fundamental nas políticas públicas para a educação.

Como descreve Pimenta (1999, p. 29-30) “formação é, na verdade, autoformação e pensar a formação do professor inclui um projeto único, desde a formação inicial até a continuada”.

Nesse sentido, a formação continuada de professores vem assumindo caráter de urgência nos espaços escolares, como atesta Libâneo (2004, p. 3) “[...] o tema da formação de professores assume no Brasil de hoje importância crucial [...]”, tendo em vista que a formação docente é fundamental para a prática educativa.

Como confirma Gatti (2008, p. 58), “nos desafios colocados aos currículos e ao ensino, nos desafios postos aos sistemas pelo acolhimento cada vez maior de crianças e jovens, nas dificuldades do dia-a-dia nos sistemas de ensino, anunciadas e enfrentadas por gestores e professores”, as políticas para formação continuada buscam minimizar os problemas enfrentados pela educação contemporânea.

Para Biazzi e Tomé (2011) “A formação continuada de professores é uma temática importante e necessária, haja vista os múltiplos desafios que se apresentam à escola”.

Nesse sentido para Sacristán (1999, p. 64) “O debate em torno do professorado é um dos pólos de referência do pensamento sobre a educação, objeto

obrigatório da investigação educativa e pedra angular dos processos de reforma dos sistemas educativos.

E como aponta Imbernón (2010, p.50) sobre a importância da formação continuada para a reflexão teórico-prática sobre, “[...] mediante a análise, a compreensão, a interpretação e a intervenção sobre a realidade, a capacidade do professor de gerar conhecimento pedagógico por meio da prática educativa”.

Portanto, compreender a formação continuada do professor incide na reflexão de que o professor é um profissional que trabalha com pessoas. Como afirma (PIMENTA, 2002, p. 64), “A educação é, assim, uma prática humana, uma prática social, que modifica os seres humanos nos seus estados físicos, mentais, espirituais, culturais, que dá uma configuração à nossa existência humana individual e grupal”.

De acordo com Libâneo (2004) o professor é visto como alguém que pensa e que aprende a aprender que se forma e se informa, na expectativa da transformação do contexto em que atua como profissional da educação.

Para Libâneo (2007) como um método sistemático a formação continuada permite ao docente ampliar seu saber, saber-fazer e saber-ser. Estas condições são necessárias para a materialização concreta da prática pedagógica docente, as quais resultarão em novas maneiras de ensinar, favorecendo assim a aprendizagem dos alunos e sucesso da instituição escolar.

A formação continuada nos proporciona também, a oportunidade do debate acerca da concepção do ensino, através do conhecimento como atividade coletiva, que deve ser construído e o qual não pode ser um processo individualista, que mecanicamente interiorizamos e guardamos conosco, mas que deve ser sempre aprimorado. Segundo Imbernón (2010).

O conhecimento profissional consolidado mediante a formação permanente apoia-se tanto na aquisição de conhecimentos teóricos e de competências de processamento da informação, análise e reflexão crítica em, sobre e durante a ação, o diagnóstico, a decisão racional, a avaliação de processos e a reformulação de projetos (IMBERNÓN, 2010, p.75).

Assim, como demonstra Kenski (1998) [...] a formação não se dá apenas em seu percurso nos cursos de formação de professores, mas, permanentemente durante todo o seu caminho profissional[...]. Ou seja, a formação continuada deve

ser encarada como um processo constante e contínuo, construído no cotidiano escolar.

E o professor tem função central neste processo, pois, é um dos responsáveis pela transformação de atitude e pensamento dos alunos. Mas para isso, o docente precisa estar preparado para os novos desafios a ele colocados. Sendo um deles, o de fazer parte de uma geração que está diretamente em contato com fontes de conhecimento.

A partir da banalização das tecnologias eletrônicas de comunicação e de informação, a sociedade atual adquiriu novas maneiras de viver, de trabalhar, de se organizar, de representar a realidade e de fazer educação. (KENSKI, 1998, p. 59).

Sendo assim, devemos pensar na formação inicial e continuada dos professores como locus de sua formação contínua e como atitude essencial para o exercício profissional docente, no intuito de estimular a busca do conhecimento e o aprimoramento de sua prática.

Segundo Góes (2008, p.5) o professor precisa saber usar de diferentes saberes, pois, “cabe ao profissional de educação, buscar atualização constante para acompanhar e orientar seus alunos no consumo das tecnologias, e principalmente, para cumprir a importante tarefa de transformar informação em conhecimento”.

Deste modo, a formação continuada é uma ferramenta significativa e valiosa que se encontra à disposição do docente, pois ocorre logo após a formação inicial, como demonstra Nascimento (2003) [...], incluindo-se aí os diversos cursos de especialização e extensão oferecidos pelas instituições de ensino superior e todas as atividades de formação propostas pelos diferentes sistemas de ensino (NASCIMENTO, 2003, p. 70).

Também, Gatti (2008), confirma que existem muitas ações referente ao termo formação continuada, as quais integram a prática profissional como:

Horas de trabalho coletivo na escola, reuniões pedagógicas, trocas cotidianas com os pares, participação na gestão escolar, congressos, seminários, cursos de diversas naturezas e formatos, oferecidos pelas Secretarias de Educação ou outras instituições para pessoal em exercício nos sistemas de ensino, relações profissionais virtuais, processos diversos a distância (vídeo ou teleconferências, cursos via internet, etc.), grupos de sensibilização profissional, enfim, tudo que possa oferecer ocasião de informação, reflexão, discussão e trocas que favoreçam o aprimoramento profissional, em qualquer de seus ângulos, em qualquer situação (GATTI, 2008, p. 57).

Nesse sentido, SANTOS (1998, p.124) também caracteriza a “formação continuada, formação contínua ou formação em serviço, em sentido mais estrito, todas as formas deliberadas e organizadas de aperfeiçoamento profissional do docente, seja através de palestras, seminários, cursos, oficinas ou outras propostas”.

Como afirma, Tardif (2000) “Em suma, as fontes da formação profissional dos professores não se limitam à formação inicial na universidade; trata-se, no verdadeiro sentido do termo, de uma formação contínua e continuada que abrange toda a carreira docente”. Mas, para Nóvoa, (1995, p. 21):

A formação não se constrói por acumulação de cursos, de conhecimentos ou de técnicas, mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso, é tão importante investir na pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência.

E apesar das dificuldades enfrentadas pelo professor o docente deve ter uma preocupação constante com seu aperfeiçoamento, devendo cuidar sempre pela atualização de seus conhecimentos, como demonstra Saviani (2009).

[... as condições precárias de trabalho não apenas neutralizam a ação dos professores, mesmo que fossem bem formados. Tais condições dificultam também uma boa formação, pois operam como fator de desestímulo à procura pelos cursos de formação docente e à dedicação aos estudos. Ora, tanto para garantir uma formação consistente como para assegurar condições adequadas de trabalho, faz-se necessário prover os recursos financeiros correspondentes. Aí está, portanto, o grande desafio a ser enfrentado (SAVIANI, 2009, p. 153).

Podemos notar através da meta 13 do Plano Nacional de Educação que a formação contínua esta se tornando obrigatória nos currículos dos profissionais da educação.

Aumentar a oferta da educação para os trabalhadores é uma ação urgente e necessária, mas para que seja garantida sua qualidade faz-se necessário que essa oferta tenha por base os princípios e a compreensão de educação unitária e universal, destinada à superação da dualidade entre cultura geral e cultura técnica e que garanta o domínio dos conhecimentos científicos referentes às diferentes técnicas que caracterizam o processo do trabalho produtivo na atualidade...] (BRASIL, 2014, p.44).

Desta forma, a formação continuada é um processo que permite além do aprimoramento e também a reciclagem da formação inicial, proporcionando a

atualização contínua do professor. Sendo assim, podemos entendê-la como uma forma de reflexão acerca da prática educativa desenvolvida pelos docentes.

A formação contínua do professor ainda é importante, devido à necessidade de percepção sobre questões do cotidiano escolar como as práticas pedagógicas. Nesse sentido, Porto (2000) nos diz que a formação continuada de professores e suas práticas pedagógicas não podem ser separadas, pois, a formação se dá enquanto ocorre a prática. Deste modo, é preciso buscar a formação permanente nunca esquecendo que a práxis docente é o lado visível da vida profissional.

Enfim, a formação continuada se apresenta como uma constante aprendizagem na forma de articular antigos e novos conhecimentos em relação às práticas dos professores, determinando mudanças e transformações, considerando os aspectos da formação em que se baseiam tais práticas e as quais darão suporte teórico ao trabalho. Além de promover mudanças a nível curricular e organizacional da escola.

2.3A FORMAÇÃO DOCENTE E AS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

A sociedade contemporânea está passando por grandes transformações no tocante ao desenvolvimento tecnológico. As tecnologias digitais diariamente oferecem a população uma gigantesca carga de dados, fazendo com que a informação nunca estivesse tão acessível. Por um lado, as tecnologias “[...] trazem-nos a possibilidade virtual de ter acesso a todo tipo de informação, em qualquer lugar e a qualquer momento [...]” (RODRIGUES, 1996, p. 60). Por outro, lado é sempre importante questionar “quem” desta população tem acesso a “quais” informações. Bem como, as possibilidades efetivas de transformar estas informações em conhecimento frente a massificação e problemas de ordem ideológica em geral.

Delors (2006, p. 64) declara que a tecnologia facilita a “transmissão de uma quantidade cada vez maior de informação num lapso de tempo cada vez mais curto”. De acordo com ele, as tecnologias digitais estão eliminando as fronteiras físicas e temporais entres os indivíduos, os quais podem tomar conhecimento dos últimos acontecimentos do mundo na mesma hora em que eles acontecem. Sobre essa temática, Moran (2006) afirma:

Há sinais evidentes de um novo ciclo com traços e características cada vez mais globalizados. É um mundo que vem se tornando grande e pequeno, homogêneo e plural, articulado e multiplicado mediante o uso de recursos de voz, de dados, de imagens e de textos cada vez mais interativos (MORAN, 2006, p.125).

Questionamos aqui, os limites de afirmações desta natureza, na perspectiva de pensar as formas de divulgação destas informações, o efetivo acesso pelas pessoas e a existência de uma consciência crítica que possibilite o interesse pela busca e análise destas informações. Tentando superar a visão idealista destes autores, concordamos em princípio, que as atuais tecnologias de informação e comunicação, além de possibilitarem a comunicação entre as pessoas em todo o planeta, são também aplicáveis para facilitar o acesso nos processos de geração de produtos e serviços com reflexos óbvios na seara educacional. Assim, são criados novos processos de produção, novas formas de pensar, agir e interagir, um novo modo de viver, com a abertura contínua para novas descobertas e possibilidades de ação social. Destacamos, assim, o potencial cada vez maior destas mudanças ocorridas na sociedade com os avanços tecnológicos.

Entretanto, não podemos esquecer do efetivo alcance desse movimento histórico, restrito ainda hoje a uma pequena parcela da sociedade que está incluída digitalmente de forma efetiva, ou seja, que pode fazer um uso amplo destes recursos. Nota-se uma crescente informatização em todos os setores dos espaços de vivência em sociedade e estas mudanças também estão aos poucos sendo incorporadas na educação através do uso das tecnologias educacionais. De acordo com Moran, “O campo da educação está muito pressionado por mudanças, assim como acontece com as demais organizações” (MORAN, 2006, p.11). Para pensar os sentidos dessa pressão, de forma crítica, é preciso refletir sobre como esse processo se efetiva na sociedade atual.

Essa percepção de um movimento inexorável de ampliação e aprofundamento dos usos das tecnologias, de forma crescente e contínua, numa perspectiva quase que utópica, é corroborada por pensadores como Kenski (2007). Segundo Kenski, as tecnologias estão a cada dia invadindo o cotidiano dos indivíduos requerendo esforços e mudanças na educação de forma ampla, em contradição com os métodos mais tradicionais de ensino requerendo mudanças, de modo especial, nos processos pedagógicos. Assim, é imprescindível que a escola

faça uso dos recursos tecnológicos no auxílio do processo educativo, ampliando e reinventando as práticas pedagógicas.

A relação que estabelecemos entre esse movimento histórico e a formação de professores está radicada no aporte realizado pelo governo federal dado a esta situação com a implantação do ProInfo. É dessa origem orçamentária que encontrar laboratórios de informática (não necessariamente atualizados ou com condições adequadas de uso) na maioria das escolas públicas, que oferecem às crianças e aos adolescentes uma introdução ao uso dos recursos tecnológicos, mas cujo potencial pedagógico ainda é utilizado de forma incipiente.

Com a disponibilização dos recursos tecnológicos viabilizados por este programa, as escolas foram induzidas a adequar o ensino as novas demandas sociais. O impacto dos usos destes recursos como oportunidades aproveitadas pela escola para impulsionar a educação, de acordo com as necessidades sociais de cada época. (KENSKI, 2007, p.101) “é algo que precisa estar num processo de revisão e melhoria permanente”.

Alonso (1999) afirma que o uso adequado das tecnologias depende basicamente de uma mudança de mentalidade do professor, melhor dizendo, do desenvolvimento de uma consciência crítica deste em relação ao seu trabalho. É bem verdade que para atingir esse estágio talvez seja necessário passar pela fase anterior de caráter instrumental que o habilita a tornar-se usuário de tecnologia, porém, isso não é condição suficiente para que ele descubra o potencial didático daquele recurso.

A inclusão dos recursos tecnológicos no ambiente escolar em prol da melhoria da aprendizagem dos alunos demanda uma reflexão crítica e analítica sobre o uso destes recursos na educação, de modo a entender bem as suas implicações nos processos de aprendizagem e na formação de competências (PERRENOUD, 2000).

O uso das tecnologias como recurso pedagógico requer que as instituições de ensino nesse novo cenário tecnológico tanto externo como interior às Escolas revejam formas, métodos de ensinar e aprender (BIANCHETTI, 2001). Assim, o ensino e aprendizagem não podem “[...] ser fragmentado ou descontextualizado da realidade ou do problema que está sendo vivenciado ou resolvido pelo aluno” (VALENTE, 2002, p. 38). É importante refletir como estes recursos podem auxiliar no

desenvolvimento destes pressupostos inerentes e orientadores das práticas pedagógicas.

Segundo Kenski (2007) a formação docente “não se dá apenas durante seu percurso nos cursos de formação, mas, permanentemente, durante todo seu caminho profissional, dentro e fora da sala de aula”. Sobre a formação continuada Libâneo (2004, p.227) expressa que “a formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional”.

Assim sendo, a formação continuada gera reflexão e mudança nas práticas docentes, onde os professores vão tomando consciência das suas dificuldades, pressupondo a compreensão e análise de suas práticas, proporcionando uma atuação pedagógica rica em qualidade e consciência, pois a formação não seria apenas um acúmulo de títulos, mas sim, o resultado da reflexão crítica sobre a prática (NÓVOA, 1995, p. 25).

Em relação ao uso das tecnologias educacionais, percebe-se que para assegurar que a escola acompanhe os avanços tecnológicos e faça uso destas ferramentas em prol do processo de ensino e aprendizagem esbarra principalmente na formação continuada do professor. Partindo desta constatação Mercado (1999) faz uma importante consideração:

[...] na formação de professores, é exigido dos professores que saibam incorporar e utilizar as novas tecnologias no processo de aprendizagem, exigindo-se uma nova configuração do processo didático e metodológico tradicionalmente usado em nossas escolas [...], [...] e uma inserção crítica dos envolvidos, formação adequada e propostas de projetos inovadores. (MERCADO 1999, p. 12).

Logo, para fazer uso das tecnologias educacionais é fundamental que professor tenha consciência crítica sobre as possibilidades do recurso tecnológico como instrumento de aprendizagem, para isto é essencial que o educador esteja em constante processo de atualização, uma formação permanente, que lhes possibilitem o acompanhamento das mudanças.

Considerando a literatura até aqui destacada, defendemos a idéia de que qualquer aparato tecnológico que seja usado em sala de aula requer uma avaliação sobre a melhor forma de utilizá-lo. É necessário o olhar crítico sobre as vantagens e as desvantagens do uso deste instrumental. Nesse sentido, reafirmamos o uso de recursos tecnológicos nas escolas, desde que haja formação continuada adequada dos professores para que possam utilizá-los no trabalho pedagógico, de modo que

essas ferramentas possam ser usadas para explorar, apoiar e enriquecer em toda a sua potencialidade a aprendizagem dos alunos.

2.4 POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO

O Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos profissionais do Magistério do Município de Campo Largo, vigente desde 2009, instituído por meio da Lei Municipal nº 2028 de 2008, dispõe sobre a estruturação da carreira dos profissionais do Magistério, a qual compreende os cargos de Professor e de Educador Infantil. (CAMPO LARGO, LEI 2028/08).

A carreira do Magistério municipal em Campo Largo é formada por um conjunto de níveis e classes que correspondem a uma Tabela de Progressão Salarial¹⁰ de acordo com o grau da complexidade das atribuições e do grau de responsabilidade do servidor.

Uma melhora de remuneração se dará através da qualificação profissional, ou seja, através formação continuada, que deverá ser garantida através de cursos de formação e especialização como disposto na Lei Municipal 2028/08:

Art. 40 - A qualificação profissional, que objetiva o aprimoramento permanente do processo ensino-aprendizagem e o desenvolvimento na carreira, será assegurada através de cursos de formação, aperfeiçoamento ou especialização, em instituições credenciadas, de programas de aperfeiçoamento em serviço e de outras atividades de atualização profissional, observando os programas prioritários estabelecidos pelo município, definidos em regulamento próprio (CAMPO LARGO, 2008, p.11).

Destaca-se que a Lei 2028/08, no seu Art. 42, Inciso 2º, dispõe que o município garantirá no mínimo, quarenta horas anuais de cursos e programas de aperfeiçoamento continuado a todos os Profissionais do Magistério da Rede Municipal de Ensino. Cabe ao professor, participar dessa formação como dever inerente da profissão seu constante aperfeiçoamento profissional e cultural. Assim, há o comprometimento do professor freqüentar cursos, seminários, simpósios, conferências, congressos e outros processos de aperfeiçoamento ou atualização, definidos pela Secretaria Municipal, entretanto, não encontramos na legislação um

¹⁰ A tabela de Progressão Salarial do Magistério – Professor 20 horas encontra-se em anexo.

artigo que garanta o abono de falta deste servidor em caso de doença do mesmo ou morte de algum ente. (CAMPO LARGO, 2008)

Como garantia da uma formação continuada, à Lei 2028/08 propõe no artigo 44, a criação de um plano de formação que atendam as necessidades desses profissionais. Para garantir sua aplicabilidade do plano, ele será revisto anualmente para que os programas de formação possam atingir o objetivo de aperfeiçoamento dos professores.

Art. 44 - A Secretaria Municipal de Educação estabelecerá um plano de formação profissional para a carreira do Profissional do Magistério Municipal, observando os princípios que norteiam esta Lei, dentro dos seguintes parâmetros básicos:

- I - Os objetivos da atualização e dos aperfeiçoamentos continuados;
 - II - Os princípios teórico-metodológicos e orientações pedagógicas aplicáveis às diferentes áreas do conhecimento;
 - III - as prioridades em relação à forma de capacitação e às áreas de estudo.
- (CAMPO LARGO, 2008, p. 11).

Os cursos devem atender as necessidades da atividade docente e vir de encontro às problemáticas enfrentadas, no dia a dia, em sala de aula. Pois, quando são oferecidos treinamentos aos professores, essas capacitações muitas vezes se apresentam distantes das práticas pedagógicas dos profissionais e de suas condições de trabalho.

Os profissionais do magistério que pretenderem participar de cursos de especialização em nível de Mestrado ou Doutorado na área da Educação poderão requerer afastamento remunerado, conforme o Art. 43 da Lei 2028/08 (CAMPO LARGO, 2008, p. 11).

Como formas de progressão profissional, segundo a Lei 2028/08 os professores têm:

[...] o avanço horizontal que é a passagem de uma classe para outra dentro do mesmo nível, o qual é ofertado a todos os integrantes do quadro dos profissionais do magistério mediante avaliação de desempenho profissional realizada de dois em dois anos e o avanço vertical que é a passagem de um nível para outro imediatamente superior da tabela de vencimentos, esse modo de avanço é exclusivo para os profissionais que constituem a Parte Permanente do quadro do magistério, pois é referente aos cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado (CAMPO LARGO, 2008, p. 09).

O primeiro curso de Graduação concede avanço vertical de 15%, e 6 % de avanço horizontal caso o profissional faça um segundo curso de Graduação. A

titulação por um primeiro curso de Pós-Graduação concede avanço vertical de 10% e 6% de avanço horizontal na segunda Pós-Graduação. O curso de Mestrado e Doutorado prevê adicional de 20% sobre o vencimento (CAMPO LARGO, 2008).

Quanto à formação dos profissionais que atuam no Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, segundo dados do Plano Municipal de Educação de Campo Largo, levantou-se os seguintes dados: 33 profissionais apresentam a formação do Magistério; 93 profissionais atuam com graduação; 404 profissionais indicaram pós-graduação e apenas 2 profissionais da educação possuem o título de Mestres (PME, 2015). A carga horária de trabalho semanal do Profissional do Magistério será de 20 horas, divididas em 16 horas semanais de tempo efetivamente destinado a docência e de 4 horas de hora-atividade.

Art. 47 - Hora-aula é o período de tempo efetivamente destinado à docência. É o tempo dedicado pelo docente prioritariamente dentro do Estabelecimento de Ensino, para o desenvolvimento de atividades de:

- I - Planejamento e avaliação do trabalho didático;
- II - Colaboração com a administração da escola;
- III - Participação em reuniões pedagógicas;
- IV - Articulação com a comunidade;
- V - Aperfeiçoamento profissional.

Sobre a remuneração do profissional do magistério corresponde ao vencimento relativo à classe e ao nível de escolaridade em que se encontra, conforme as tabelas de vencimentos regulamentadas na referida Lei Municipal 2028.

Além do vencimento do cargo, no artigo 56 da (Lei 2028/08, p.16), está descrito que os profissionais do magistério, tanto professores quanto educadores, podem receber vantagens como gratificações pelo exercício de funções como: Direção (proporcional ao número de alunos matriculados), Pedagogo, docente na Educação Especial e função pedagógica na Secretaria Municipal de Educação e no Núcleo de Tecnologia Educacional. (CAMPO LARGO, 2008).

As gratificações são calculadas sobre o vencimento inicial do Nível do Professor com graduação (NP2), com percentuais que variam de 60% a 100%. Está prevista também, uma gratificação adicional pelo exercício em estabelecimento de difícil provimento (CAMPO LARGO, 2008).

Todos os profissionais do magistério serão lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura e terão suas vagas fixadas nos Estabelecimentos de Ensino,

onde exercerão as atividades propícias de seus respectivos cargos, conforme necessidade e interesse da Rede Municipal de Ensino (CAMPO LARGO, 2008).

Todos os profissionais do magistério serão nomeados inicialmente para vagas provisórias e deverão participar do primeiro concurso de remoção a ser realizado no final do ano em que ingressou no serviço público municipal. Para aqueles que não conseguirem fixação da vaga, poderão atuar com ordem de serviço onde houver disponibilidade de vaga, não fixando vaga até o próximo concurso de remoção (CAMPO LARGO, 2008).

Outro ponto importante se refere ao artigo 83 (Lei 2028/08, p. 22), que deixa definido “o mês de maio de cada ano, como data base para reajuste salarial dos Profissionais do Magistério do Município de Campo Largo”.

O Título Terceiro da referida lei, Art. 71, faz referência às Disponibilidades Financeiras do município que:

[...] deve aplicar, no mínimo, 60% dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais do Magistério, FUNDEB de que trata a Lei Federal nº 11.494/07, na remuneração dos Profissionais do Magistério em efetivo exercício na rede pública municipal de Educação Básica (CAMPO LARGO, 2008, p. 20).

A elaboração do Plano de Cargos e Carreira para o Magistério está presente nas mais importantes leis federais, como na Lei 9394/96 no seu Artigo 67, onde determina que a valorização dos profissionais do magistério seja efetiva através da garantia de seus direitos na elaboração dos Planos de Cargos e Carreira pelos seus respectivos sistemas, já na Constituição Federal de 1988, no artigo 206, inciso V, a lei prevê um piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso públicos garantidos através de planos de cargos e carreira. O FUNDEB também faz menção do plano de cargos e carreiras em seu artigo 40, visando à garantia de alguns direitos fundamentais ao professorado:

Art. 40. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão implantar Planos de Carreira e remuneração dos profissionais da educação básica, de modo a assegurar:
I - a remuneração condigna dos profissionais na educação básica da rede pública;
II - integração entre o trabalho individual e a proposta pedagógica da escola;
III - a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem;

Parágrafo único. **Os Planos de Carreira deverão contemplar capacitação profissional especialmente voltada à formação continuada com vistas na melhoria da qualidade do ensino** (BRASIL, 2007, p.16) Grifo da autora.

Pela lei do FUNDEB os planos de cargos e carreira, além de uma remuneração digna, o plano deve contemplar aspectos que favoreçam a melhoria da qualidade do ensino, como a capacitação dos profissionais da educação. A formação dos profissionais da educação esta intimamente ligada à melhoria da qualidade de ensino.

Os desafios que se apresentam para o município em relação à formação de professores é continuar estimulando a formação de qualidade para os professores da rede municipal de ensino, rever constantemente o plano de carreira do magistério para atualização do piso salarial, lutando sempre por salários dignos e compatíveis com a formação dos professores da rede municipal de ensino.

Os professores exercem um papel importante e insubstituível no processo educacional. Por isso, é imprescindível investir na valorização desses profissionais e principalmente investir na sua formação seja ela inicial ou continuada

CAPÍTULO 3 - O NÚCLEO DE TECNOLOGIA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO: CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E AÇÕES DESENVOLVIDAS

O governo federal desde a década de 1980 vem implantando políticas públicas para inclusão de tecnologias digitais nas escolas públicas brasileiras. No início houve a distribuição de laboratórios de informática para as escolas públicas a partir da implementação de projetos, como o Projeto Educação com Computadores (EDUCOM, 1983), e políticas públicas educacionais, dentre elas o Programa Nacional de Informática Educativa (PRONINFE, 1989) e o Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO, 1997), que visavam a instalação de laboratórios de informática com uma média de 12 a 19 computadores, com previsão de conexão à internet, para o uso de alunos e docentes.

No que se refere à forma de implementação das políticas públicas educacionais, coube ao MEC a compra, distribuição e a formação dos professores, e aos estados e municípios a responsabilidade da adequação da infra-estrutura física das escolas e a conservação e manutenção desses equipamentos (COELHO; PRETTO, 2014).

Dentre esses programas destacamos o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), que foi criado em 09 de abril de 1997, pela portaria 522, para promover o uso da Telemática e desenvolvido pela Secretaria de Educação a Distância - DEED, por meio do Departamento de Informática na Educação a Distância - DEIED, em parceria com Secretarias Estaduais e algumas Secretarias Municipais de Educação (BRASIL, MEC, 2002).

O ProInfo é um programa de ensino voltado para a introdução da tecnologia no processo ensino-aprendizagem que procurou efetivar a presença do computador na escola pública, implantando massivamente equipamentos nas escolas de ensino fundamental e médio, juntamente com a qualificação de docentes e técnicos.

O ProInfo fixam-se seus objetivos na introdução no sistema público de ensino fundamental e médio da Telemática (Tecnologia de Telecomunicações e Informática) como ferramenta que contribui no processo do ensino sugerindo:

[...] melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem; permitir a concepção de uma nova ecologia cognitiva nos ambientes escolares mediante a incorporação adequada das novas tecnologias da informação pelas escolas; proporcionar uma educação voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico; educar para uma cidadania global numa sociedade tecnologicamente desenvolvida e valorização do professor (BRASIL, MEC/SEED 1997, p. 03).

Na justificativa do programa o PROINFO procura antes de tudo, responder às novas exigências educacionais que a reestruturação capitalista impõe no momento atual. Entretanto, o programa atribui um peso bem maior para as mudanças determinadas pelo mercado, e que estariam a exigir novas habilidades cognitivas do trabalhador: A exigência de novos padrões de produtividade e competitividade em função dos avanços tecnológicos, a visão de que o conhecimento é a matéria-prima das economias contemporâneas e que a evolução tecnológica vem afetando não apenas os processos produtivos, mas também as formas organizacionais, as relações de trabalho e a maneira como as pessoas constroem o conhecimento e requerem um novo posicionamento da educação.

Há necessidade de uma sólida formação básica, mas é preciso, também, desenvolver novos hábitos intelectuais de simbolização e formalização do conhecimento, além de preparar o indivíduo para uma nova gestão social do conhecimento apoiada num modelo digital explorado de forma interativa. O sucesso deste programa depende essencialmente da capacitação dos profissionais

envolvidos com a operacionalização. Para isso, implica que habilitar professores para o uso das TICs significa redimensionar o papel que o docente deverá exercer no desenvolvimento do cidadão do século XXI:

- 1) Estruturar um sistema de formação continuada de professores no uso das novas tecnologias da informação, visando o máximo de qualidade e eficiência;
- 2) Desenvolver modelos de capacitação que privilegiem a aprendizagem cooperativa e autônoma, possibilitando aos professores de diferentes regiões geográficas do país oportunidades de intercomunicação e interação com especialistas, o que deverá gerar uma nova cultura de educação a distância;
- 3) Preparar professores para saberem usar as novas tecnologias da informação de forma autônoma e independente, possibilitando a incorporação das novas tecnologias à experiência profissional de cada um, visando a transformação de sua prática pedagógica (BRASIL, MEC/SEED 1997, p. 08).

O ProInfo foi principalmente financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. O Banco Mundial foi responsável por 28,5% do orçamento total de R\$ 476 milhões para o biênio 97/98, a UNESCO também financiou parcialmente algumas atividades internacionais desenvolvidas pelo Programa e 20% cabia aos estados e municípios, ficando o MEC com o financiamento do montante restante (BRASIL, MEC, 1997, p.12-13).

Segundo Castro, (2011) a meta de lançamento do ProInfo em 1997 era distribuir 100 mil computadores. Já, no lançamento do ProInfo Integrado em 2007, o objetivo era garantir a informatização de 70 mil escolas públicas brasileiras.

O ProInfo integra um conjunto de políticas do MEC com a finalidade de promover a melhoria da qualidade da educação pública. O funcionamento do programa se dá de forma descentralizada. Sua coordenação é de responsabilidade federal e a operacionalização é conduzida pelos Estados e Municípios. O órgão que define onde serão aplicados os recursos tecnológicos, disponibilizados pelo Governo Federal é da secretaria do estado onde a escola está inserida. Em cada unidade da federação existe uma Coordenação Estadual ProInfo, cujo trabalho principal é o de introduzir as Tecnologias de Informação e Comunicação - (TIC) - nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, além de articular os esforços e as ações desenvolvidas no setor sob sua jurisdição, em especial as ações dos Núcleos de Tecnologia Educacional (NTEs).

Estes Núcleos de Tecnologia Educacional (NTEs) são centros descentralizados de capacitação de professores e de suporte e manutenção de hardware e software que prestam assistência às escolas de sua abrangência e que dispõem de um conjunto de docentes e especialistas em informática e telecomunicações. Os núcleos são dotados de sistemas de informática adequados e Internet.

Os Núcleos de Tecnologia Educacional (NTEs) foram instituídos para dar apoio técnico-pedagógico ao processo de informatização das escolas com as seguintes ações:

- Sensibilização e motivação das escolas para incorporação da tecnologia de informação e comunicação;
- Apoio ao processo de planejamento tecnológico das escolas para aderirem ao projeto estadual de informática na educação;
- Capacitação e reciclagem dos professores e das equipes administrativas das escolas;
- Realização de cursos especializados para as equipes de suporte técnico;
- Apoio para solução de problemas técnicos decorrentes do uso do computador nas escolas;
- Assessoria pedagógica para uso da tecnologia no processo de ensino/aprendizagem e acompanhamento e avaliação local do processo de informatização das escolas (BRASIL, MEC/SEED 1997, p. 08).

Os locais de instalação dos NTEs são estabelecidos pelo MEC e pelos estados e municípios (BRASIL, MEC, 1997, p. 7).

Segundo CASTRO (2011, p 93) vale chamar atenção para a invisibilidade das redes municipais de educação no início, quando se deu a implementação do programa em 1997. Pois, conforme as diretrizes do ProInfo, à vinculação das escolas municipais seriam intermediadas pelos NTEs das secretarias estaduais de educação, sendo estas, (as secretarias estaduais), privilegiadas pela estrutura de implementação do ProInfo.

Segundo o documento de Recomendações Gerais para preparação dos Núcleos de Tecnologia Educacional, (1997, p. 2) os Núcleos de Tecnologia Educacional disporão de:

- laboratórios semelhantes aos que serão instalados nas escolas, de forma a reproduzir o ambiente tecnológico que estará disponível para professores e alunos;
- equipamentos servidores Internet, para que os NTE sejam provedores de acesso para as escolas de sua área de atendimento;
- equipamentos para teste e avaliação de programas educativos;

- linhas telefônicas para a conexão computacional das escolas e para o sistema 0800 de atendimento de suporte às escolas (BRASIL, 1997, p. 2).

Ainda, segundo o documento de *Recomendações Gerais para preparação dos Núcleos de Tecnologia Educacional*, (1997, p. 2) “os NTEs tinham a função de capacitar a partir de setembro de 1997, os primeiros 25.000 professores na introdução dos recursos da informática e das telecomunicações no processo de ensino-aprendizagem”.

Agora para uma melhor compreensão do nosso trabalho, falaremos brevemente de como foi a implantação do ProInfo no Estado do Paraná, para então, falarmos de sua implantação no Município de Campo Largo.

A política de implantação da Informática na Educação no Estado começou a ser implementada a partir de 1987, com a criação do Centro de Informática Educativa – CIED, no Núcleo Regional de Maringá. Em 1990, foi inaugurado um Sub-Centro na cidade de Goioerê e também vários pequenos laboratórios, nas cidades de Jacarezinho, Bandeirantes, Londrina, Umuarama, Cruzeiro do Oeste, Paranavaí, Mandaguaçu, Marialva, Telêmaco Borba, Dois Vizinhos, Cianorte. (CHAGAS, 2010).

Os profissionais que atendiam nestes centros eram denominados facilitadores da aprendizagem e se deslocavam levando os computadores para ministrar as capacitações. Alguns destes computadores eram cedidos pelas Prefeituras Municipais através de parcerias. Mais de dois mil docentes foram capacitados através do Centro de Informática Educativa (CIED). O CIED foi transferido, em 1993, para Centro de Excelência em Tecnologia Educacional do Paraná – CETEPAR em Curitiba e conforme Chagas,

[...] este centro tornou-se polo de investigações na área de informática educativa, contando, inclusive, com a orientação de alguns pesquisadores hoje consagrados na área de Informática Educacional, tais como professor José Armando Valente da Unicamp e professora Lea da Cruz Fagundes da UFRGS (CHAGAS, 2010, p.11).

Já o Programa de Informática na Escola (PEIE) foi criado e lançado em 1997 e tinha como proposta promover o uso da informática na educação, por professores e alunos, através de computadores.

A Secretaria de Estado da Educação – SEED, em parceria com o Ministério da Educação e Cultura – MEC, através da Secretaria de Educação à

Distância, propuseram o PEIE, que contaria com um investimento da ordem de mais de 32 milhões de dólares, para, no período compreendido entre 1997 a 2001, promover a instalação de 300 laboratórios de informática em todo o Estado, além de implementar a instalação dos NTEs e a criação do Centro de Referência em Informática na Educação – CRIED (CHAGAS, 2010, p.11).

Também fazia parte da proposta do PEIE a capacitação de profissionais para atuarem como disseminadores do uso pedagógico do computador nas escolas públicas estaduais, através dos Núcleos de Tecnologia Educacional, criados em todo o país pelo MEC, através do Programa Nacional de Informática na Educação - PROINFO.

Os Núcleos de Tecnologia Educacional, no estado do Paraná, foram implantados pela Resolução nº 3527/96, da Secretaria de Estado da Educação, num total de doze, assegurando condições pedagógicas, administrativas e financeiras para o ensino de informática educativa, também para o acompanhamento e avaliação de informática, bem como a manutenção e a plena utilização dos equipamentos dos Programas Nacional e Estadual de Informática na Educação. Em 2000, através da Resolução nº 954/2000, foram criados o Núcleo de Tecnologia Educacional de Telêmaco Borba e o do Centro de Capacitação da Universidade do Professor em Faxinal do Céu, passando para um total de quatorze os Núcleos de Tecnologia Educacional no Paraná, localizados nos seguintes municípios: Campo Mourão, Cascavel, Cornélio Procópio, Curitiba, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Londrina, Maringá, Pato Branco, Ponta Grossa, Telêmaco Borba e Umuarama, incluindo o da Universidade do Professor em Faxinal do Céu. Fonte: CETEPAR Num primeiro momento, foram firmados convênios para que os NTEs utilizassem laboratórios prontos instalados em entidades educacionais federais, tais como CEFET e estaduais, como IES e Colégios (CHAGAS, 2010, p.13).

Cada Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) tinha laboratórios com equipamentos de informática similares aos que foram instalados nas escolas e Internet, para que os núcleos fossem provedores de serviços para as escolas em sua área de atendimento. Cada NTE tinha em média 50 escolas vinculadas, dependendo de condições tais como número de alunos, dispersão geográfica, telecomunicação e facilidade de acesso (PROINFO, 1996).

Através da Resolução nº 2838/01 os Núcleos de Tecnologia Educacional do Paraná deixaram de serem unidades escolares e passaram a ser unidades descentralizadas do Centro de Excelência em Tecnologia Educacional do Paraná, da Secretaria da Educação, tendo em sua ação prioritária a formação continuada em tecnologia educacional, e secundariamente, como unidades de assessoria técnico-pedagógica em tecnologia educacional. (CHAGAS, 2010, p.14).

Ainda segundo Chagas (2010) nesta mesma resolução os multiplicadores passam a ser chamados de capacitadores e deixam de desempenhar a função de professor e passam a exercer a papel de técnico-pedagógico.

Em relação à formação de docente para atuação como multiplicadores nos NTEs de 1997 a 1998, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET/PR), de Curitiba, foi responsável pela abertura de duas turmas de especialização em informática na educação nos anos de 1997 e 1998. Foram 76 profissionais inscritos, sendo 58 da rede pública de ensino, que passaram a atuar nos NTEs, (BARROS, 2009).

O ProInfo financiou o curso de Especialização em Informática na Educação para professores da rede pública de ensino do Paraná e segundo Barros (2009), a finalidade dos cursos [...] era promover a orientação curricular no que diz respeito à metodologia de uso das tecnologias nas escolas, por meio dos cursos oferecidos pelos NTE.

Em 2004, foi criado, a Coordenação Estadual de Tecnologia na Educação (CETE) e 32 Coordenações Regionais de Tecnologia na Educação (CRTE), através da Resolução 1636/04, nos 32 Núcleos Regionais da Educação em todo do Estado do Paraná.

Os Núcleos de Tecnologia Educacional – NTE's que existiam no Estado, num total de quatorze, foram então substituídos pelas CRTEs, desvinculando as ações daqueles órgãos que antes eram propostas pelo MEC para estas, que estão a cargo da responsabilidade estadual, determinando que a pesquisa, avaliação e aplicabilidade das TIC como ferramentas pedagógicas estejam sob gerência da Superintendência da SEED (CHAGAS, 2010, p.15).

A Coordenação Estadual de Tecnologia na Educação, com sede no Centro de Excelência em Tecnologia Educacional do Paraná - CETEPAR foi criada pela Secretaria de Estado da Educação, para dar suporte às ações do Programa Paraná Digital e também ao Portal Dia-a-Dia Educação.

3.1 SURGIMENTO DO NÚCLEO DE TECNOLOGIA MUNICIPAL E SUA LEGISLAÇÃO

No município de Campo Largo em 2009, foi instalado o Núcleo de Tecnologia Municipal (NTM). Isso aconteceu depois de um Projeto enviado ao MEC, justificando

a necessidade de uma política de inserção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) em toda rede municipal de ensino, a qual iria beneficiar toda a comunidade escolar e melhorar a qualidade de ensino.

Em 22 de junho de 2009, foi enviado pela Secretaria de Educação a Distância/Diretoria de Infra-Estrutura em Tecnologia Educacional – DITEC, um ofício sob o número de 1403/2009/ DITEC/SEED/MEC ao Prefeito Municipal de Campo Largo da época, cujo assunto era a Homologação do Núcleo de Tecnologia Educacional de Campo Largo.

Neste mesmo ofício a DITEC informa que a partir da data da homologação, o NTM de Campo Largo fica responsável pela sensibilização e motivação para incorporação das tecnologias de informação e comunicação nas atividades didático-pedagógicas normais, apoiando o planejamento das escolas e capacitando professores multiplicadores e equipes de suporte técnico, por meio de cursos e assessoramento pedagógico ao processo de ensino aprendizagem.

Através desse projeto, em 2010 todas as 35 escolas de Ensino Fundamental do município receberiam o laboratório ProInfo do MEC, sendo composto por 17 computadores e uma impressora para as escolas urbanas e 5 computadores e uma impressora para as escolas rurais. Assim, como afirma Shui:

Daí a importância da criação de um programa como o ProInfo, que se deu em abril de 1997, mediante Portaria nº 522, cujo o objetivo é, de acordo com as suas diretrizes, introduzir as tecnologias de informática e telemática nas escolas da rede pública do país, a fim de aproximar a cultura escolar dos avanços sociais que o mundo vem sofrendo com a utilização dos novos artefatos tecnológicos de produção, transmissão, armazenamento e transformação de dados (SHUI, 2003, p. 56).

O Núcleo de Tecnologia Municipal “funciona dentro da administrativa da Prefeitura Municipal, por ser um local de fácil acesso, ficando ao lado do Departamento de Tecnologia de Informação Geral da Prefeitura Municipal” (CAMPO LARGO, NTM, 2009, p.11).

O NTM também dispõe de um espaço físico mobiliado conforme as exigências do ProInfo, que constam no documento das Recomendações Gerais para a Preparação dos Núcleos de Tecnologia Educacional¹¹, necessárias para o andamento das atividades, o qual está dividido em três salas. Sendo:

¹¹ Disponível em <http://www.proinfo.gov.br/upload/biblioteca/184.pdf>

- 01 Sala de Capacitação com 40 m² atendendo assim, as exigências do ProInfo, contendo: 20 mesas e 20 cadeiras, Televisão; DVD; Quadro branco; Retroprojeto; 1 Data show; 1 Impressora; 21 computadores, sendo 20 para as capacitações e 1 servidor; mobiliário e estrutura lógica adequada
- 01 Sala Administrativa com 15 m², contendo: 3 mesas e 3 cadeiras, 3 armários; 02 computadores, 1 Impressora; 01 linha telefônica, estrutura lógica adequada, acesso à Internet; material administrativo,
- E 01 sala de planejamento e estudos com 20 m², contendo estrutura lógica adequada com acesso a internet, 01 computador e 01 impressora, livros, jornais e revistas (CAMPO LARGO, NTM 2009, p. 11-12).

O NTM de Campo Largo conta com uma equipe de quatro professoras multiplicadoras. Todas formadas no curso de pedagogia, com especializações variadas e que se especializaram em Informática Educativa, através do curso de aperfeiçoamento do ProInfo, o qual foi fornecido pelo MEC, na Universidade Federal do Paraná, com duração de uma semana. As professoras multiplicadoras relatam que não era exigência para ser multiplicadora ter formação ou especialização em informática. Estas oferecem formação contínua aos professores da Rede Municipal de Ensino, desde a informática básica até o uso pedagógico dos computadores em sala de aula como recurso para melhorar a metodologia e a qualidade de ensino. Além, das multiplicadoras, também, trabalham no NTM um técnico qualificado disponibilizado pela Secretaria de Educação, o qual não precisou fazer o curso do ProInfo e que não é exclusivo do NTM, mas que oferece suporte para as escolas da Rede Municipal, conforme Castro (2011)

[...] Além dos multiplicadores e professores, o programa previa a capacitação de técnicos para suporte em informática, numa relação de um por escola. Estes técnicos deveriam ser de preferência egressos de escolas técnicas profissionalizantes e de acordo com a política, eles seriam contratados com recursos dos Estados (CASTRO, 2011, p. 97).

Os objetivos do Núcleo de Tecnologia Municipal são vários, entre eles:

- Oportunizar ao professor o contato com o computador com instrumento a ser utilizado na criação de ambientes de aprendizagem que privilegiem a construção do conhecimento;
- Oferecer condições para o professor construir conhecimento sobre as técnicas computacionais e entender por que e como integrar o computador em sua prática pedagógica;
- Implementá-las nas instituições educativas, bem como a atualização e manutenção dos equipamentos e acervo;
- Assessorar técnica e pedagogicamente os educadores quanto a inserção e uso dessas tecnologias (NTM 2009, p. 07).

No início as atividades no NTM foram divididas em duas etapas, sendo que, na 1ª Etapa – foi à fase de estruturação e organização do núcleo, envolvendo a capacitação dos multiplicadores. O projeto visava estruturar as atividades a serem desenvolvidas no período de 120 (cento e vinte) dias, com o objetivo de fornecer subsídios teórico-práticos aos multiplicadores que atuariam na capacitação dos professores da rede municipal de ensino. Nesse período foram realizadas várias atividades, dentre elas citamos algumas como:

- Levantamento diagnóstico da rede municipal de ensino;
- Levantamento físico-estrutural (espaço físico, mobiliário, rede lógica, rede elétrica entre outros) por unidade de ensino, bem como a realidade de conhecimento tecnológico dos professores em hardware e software;
- Análise do levantamento e realização de um plano de ação;
- Estruturar e organizar o NTE a fim de viabilizar o seu funcionamento e a atuação dos multiplicadores;
- Planejar as ações que nortearão o curso de capacitação dos coordenadores e docentes das unidades escolares que receberão os laboratórios de informática;
- Acompanhar, orientar e avaliar os projetos a serem elaborados pelas escolas candidatas ao recebimento dos equipamentos de informática;
- Analisar os aplicativos do Linux, bem como alguns softwares educativos existentes no mercado, relacionando a utilização dos mesmos no campo educacional (CAMPO LARGO, NTM, 2009, p.16).

A segunda etapa foi o início dos cursos, os quais foram divididos em dois módulos, sendo estes, o de Introdução à Educação Digital (60 horas) e o de Tecnologias na Educação (100 horas). Ambos, com base na plataforma do ProInfo Integrado, cuja descrição de todos os módulos seguem a baixo.

- **Introdução à Educação Digital (60h)** - Este curso tem o objetivo de contribuir para a inclusão digital de profissionais da educação, preparando-os para utilizarem os recursos e serviços dos computadores com sistema operacional Linux Educacional, dos softwares livres e da Internet. Outro objetivo do ProInfo Integrado trazer uma reflexão sobre o impacto das tecnologias digitais nos diversos aspectos da vida e, principalmente, no ensino.
- **Tecnologias na Educação: ensinando e aprendendo com as TIC (100h)** - visa oferecer subsídios teórico-metodológicos práticos para que os professores e gestores escolares possam:
 - **Elaboração de Projetos (40h):** Visa capacitar professores e gestores escolares para que eles possam:
 - Identificar as contribuições das TIC para o desenvolvimento de projetos em salas de aula;
 - Compreender a história e o valor do trabalho com projetos e aprender formas de integrar as tecnologias no seu desenvolvimento;
 - Analisar o currículo na perspectiva da integração com as TIC;
 - Planejar e desenvolver o Projeto Integrado de Tecnologia no Currículo (PITEC);

- Utilizar os Mapas Conceituais ao trabalho com projetos e tecnologias, como uma estratégia para facilitar a aprendizagem.
- **Redes de Aprendizagem (40h):** O curso tem o objetivo de preparar os professores para compreenderem o papel da escola frente à cultura digital, dando-lhes condições de utilizarem as novas mídias sociais no ensino.
- **Projeto UCA (Um Computador por Aluno):** Ministrado pelas Instituições de Ensino Superior e Secretarias de Educação, procura preparar os participantes para o uso dos programas do laptop educacional e propor atividades que proporcionem um melhor entendimento de suas potencialidades (BRASIL, 2008).

Como forma de melhorar a educação o Ministério propõe, através do ProInfo Integrado a formação continuada para atualizar a prática educacional, pois conforme Tajra (2012), a finalidade do ProInfo era disseminar o uso pedagógico da informática nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, pertencentes às redes estaduais e municipais, mediante a criação de infra-estrutura de suporte e disponibilização de equipamentos, associadas a um programa de capacitação de professores, buscando a melhoria de qualidade da educação ofertada por meio de novas práticas escolares.

Ao considerar o uso das tecnologias como recurso pedagógico e, afirmando que somente a instalação de laboratórios de informática nas escolas não redundam no pleno acesso da comunidade escolar aos elementos da cultura digital (OLIVEIRA, 2011), o programa ProInfo passa a reconhecer a importância da capacitação dos professores em relação a estes recursos e oferece cursos de formação aos professores, através do Programa Nacional de Tecnologia Educacional - ProInfo Integrado. De acordo com o site do MEC:

O ProInfo Integrado é um programa de formação voltada para o uso didático-pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no cotidiano escolar, articulado à distribuição dos equipamentos tecnológicos nas escolas e à oferta de conteúdos e recursos multimídia e digitais oferecidos pelo Portal do Professor, pela TV Escola e DVD Escola, pelo Domínio Público e pelo Banco Internacional de Objetos Educacionais (MEC, 2010, p.1).

Essas ações de capacitação são realizadas em parceria com os Estados, Municípios e Distrito Federal onde fica para os Núcleos de Tecnologias Estaduais e Municipais a responsabilidade quanto à realização dos cursos que são destinados aos professores e gestores das escolas públicas.

3.2 AÇÕES PARA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Sendo a escola considerada como uma das instituições responsáveis pela educação, deve cumprir seu papel de mediar o acesso à informação, utilizando-se de meios eficazes como o computador, um instrumento multisensorial que desperta o desejo de aprender do educando, facilitando a interação deste com o mundo.

Sendo assim, surge a necessidade de preparar os professores para a utilização dos meios tecnológicos de comunicação e informação, como um suporte a mais na diversificação das metodologias. Isso implica muito estudo, pesquisa e comprometimento político com a transformação da educação e da sociedade. O sucesso da educação não se deve apenas à introdução do laboratório de informática nas escolas, estes são suportes importantes, mas o principal é a mudança de postura com a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

O desafio é descobrir usos criativos da tecnologia educacional que inspirem os professores a ampliar o sentido de educar, e que segundo Kenski (2012).

Educar para a inovação e a mudança significa planejar e implantar propostas dinâmicas de aprendizagem, em que se possam exercer e desenvolver concepções sócio-históricas da educação – nos aspectos cognitivo, ético, político, científico, cultural, lúdico e estético – em toda a sua plenitude e, assim, garantir a formação de pessoas para o exercício da cidadania e do trabalho (KENSKI, 2012, p. 67).

A seguir, iremos descrever um breve histórico sobre o curso Introdução à Educação Digital, e como este curso é ofertado pelo NTM de Campo Largo, pois foi o curso com maior adesão dos professores nos anos de 2009 a 2015.

O Curso de Introdução à Educação Digital faz parte do conjunto de processos formativos do ProIndo Integrado, promovido pela SEED/MEC. Voltado para a formação de professores e gestores da educação básica de todo país, visando à inclusão digital e social, tem como objetivo geral:

Através do Curso de Introdução à Educação Digital, o professor tem a oportunidade de conhecer e utilizar o sistema operacional Linux Educacional 3.0. Todo o material impresso (Guia do Formador e Guia do Aluno) e material digital (CD-ROM) do curso foi organizado para ser aplicado em computadores que tenham o software livre Linux Educacional. Em cada turma, são distribuídos para os alunos um

Guia do aluno (texto-base) e um CD-ROM constituído por textos em outros meios (sons, imagens, vídeos) e estruturas (hipertextos).

O Curso de Introdução à Educação Digital possui uma carga horária de 60 horas e está organizado em nove unidades de estudo e prática, ficando a critério de cada NTE a organização dos momentos presenciais e a distância, desde que os encontros presenciais semanais sejam de, no mínimo, 2 horas e que o curso não ultrapasse 10 semanas.

As unidades de estudo do Curso estão assim distribuídas:

- Unidade 1: Tecnologias no cotidiano: desafios à inclusão digital e social;
- Unidade 2: Navegação, pesquisa na internet e segurança;
- Unidade 3: Comunicação mediada pelo computador: correio eletrônico;
- Unidade 4: Debate na rede: bate-papo, lista e fórum de discussão, netiqueta;
- Unidade 5: Elaboração e edição de textos;
- Unidade 6: Apresentação para nossas aulas;
- Unidade 7: Criação de blogs;
- Unidade 8: Cooperação e interação em rede;
- Unidade 9: Soluções de problemas com planilhas eletrônicas.

Para cada unidade de estudo são previstas atividades de aprendizagem que envolvem conceitos, procedimentos, reflexões e práticas para serem realizadas nos encontros presenciais e no estudo a distância. Também estão disponibilizados vários textos explicativos, sugestões de sites, glossário, questionamentos, dicas, etc. Por ser um curso introdutório, a equipe de elaboração do MEC/SEED disponibilizou o passo-a-passo de várias atividades de execução no decorrer do curso, apresentando as imagens da tela do computador para que, através da visualização, os cursistas possam entender melhor a sequência do que deve ser feito na prática.

As unidades de estudos foram elaboradas com a intenção de abrir um espaço de reflexão, familiarização e preparação para o uso dos computadores e seus aplicativos (*Writer, Impress, Calc*, etc.), bem como, apresentar os recursos tecnológicos disponíveis na internet, havendo a preocupação em considerar os conhecimentos prévios e a vivência de cada um sobre os temas envolvidos.

A proposta pedagógica do Curso de Introdução à Educação Digital, elaborada pela equipe da SEED/MEC, tem por base os seguintes fundamentos pedagógicos:

- Formação contextualizada significativa que busca envolver o cursista na análise e solução de problemas/questões que fazem parte de sua vivência;

- Promoção da autonomia do sujeito;
- Interação na aprendizagem e construção do conhecimento;
- Tecnologias como meio e não como fim;
- Relação ação/reflexão/ação constante;
- Ênfase na aplicação prática no trabalho docente.

A rede municipal de ensino de Campo Largo atualmente é composta por 980 professores, distribuídos em uma estrutura física de 35 escolas¹² e 18 Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIS).

Em 2010 foi iniciado o processo de capacitação ofertado pelo NTM do Curso de Introdução à Educação Digital, para os profissionais da Educação para o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no ambiente escolar¹³.

A princípio o curso foi destinado aos gestores e professores das escolas municipais que receberam os laboratórios de informática do ProInfo, cujo computadores traziam o Sistema Operacional *Linux* Educacional, *software* livre especialmente criado para as escolas.

A operacionalização e migração do sistema operacional *Windows*, cuja licença é paga, para o sistema operacional *Linux* (gratuito e livre) foi outra questão relacionada no que se refere à formação de professores, tendo em vista, que os educadores da rede municipal não conheciam o novo sistema.

O Curso de Introdução à Educação Digital foi organizado segundo o NTM (2010) visando familiarizar, motivar e preparar os professores da rede pública de educação básica a utilizar computadores e seus aplicativos, bem como os recursos tecnológicos disponíveis pela internet. Sua carga horária é de 60 horas, distribuída em 40 horas presenciais e 20 horas de atividades à distância. O objetivo geral do curso segundo o NTM é, contribuir com a inclusão digital dos profissionais da educação, buscando prepará-los para a utilização dos recursos básicos como o uso do computador (sistema operacional *Linux*) e da Internet. Os objetivos específicos do curso são:

¹² Tabela com o nome das 35 escolas em anexo.

¹³ Tabela – Cursos realizados pelo NTM em anexo.

- Conceituar Tecnologia, analisando e reconhecendo o impacto, o potencial e a complexidade de sua inserção na prática pedagógica e na vida privada e em sociedade;
- Adquirir competências básicas para o manejo dos recursos mais usuais dos computadores;
- Buscar mais aproximação com os currículos escolares, de forma a possibilitar que o conhecimento construído pelos professores seja aplicado em sala de aula, indo além da educação digital apenas, aprofundando as reflexões sobre questões da prática escolar;
- Contemplar o contexto atual da inserção de tecnologia na escola: ampliação do acesso e da conectividade, a disponibilidade de novos dispositivos e aplicações (NTM, 2010).

Com a alteração que a grade sofreu com o aumento da carga horária do Curso de Introdução à Educação Digital que era de 40 horas e que passou para 60 horas, antes era possível disponibilizar dois cursos por ano. Além disso, devido à baixa adesão aos mesmos, o NTM tem disponibilizado apenas um curso por ano.

Segundo as multiplicadoras a oferta dos cursos é definida pela equipe do NTM, seguindo as orientações da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e o cronograma do ProInfo, que abre os cursos pelo sistema SIPI (Instituto de processamento de Imagem e de Sinal) e ProInfo. Quando a procura não atinge o número mínimo de participantes, que é 25 alunos exigidos pelo sistema, as turmas são abertas sem usar o mesmo, então, as tarefas são realizadas, salvas e enviadas por e-mail.

Em relação ao funcionamento e manutenção dos laboratórios, os quais, lembrando eram compostos por 17 computadores, das 35 escolas do município que receberam os laboratórios do ProInfo, oito estão com os laboratórios desativados pelos seguintes motivos elencados pelas gestoras, que vão desde a descontinuidade do programa na escola, devido ao sucateamento das máquinas, falta de manutenção dos computadores, e em algumas o espaço físico usado para o laboratório de informática foi cedido para o Projeto Mais Educação; Em cinco escolas metade dos computadores funciona e a outra metade não; Em outras cinco escolas todos os computadores funcionam; E em seis escolas menos da metade os computadores funcionam.

Ou seja, das 35 escolas do município os laboratórios em algumas escolas ainda funcionam com certa dificuldade. Tendo em vista que, em algumas escolas já foram substituídos alguns equipamentos com recursos próprios. E aquelas que não possuem recursos, atuam com menos computadores nos laboratórios, o que acaba prejudicando o trabalho pedagógico dos professores com seus alunos.

A multiplicadoras explicam que até 2012, os laboratórios do ProInfo estavam na garantia do POSITIVO, tendo em vista que os computadores eram desta marca, e os técnicos dessa empresa davam suporte às escolas. A partir daí o atual técnico do NTM, faz manutenção dos laboratórios das 35 escolas, além de atender os CMEIs, e todos os órgãos que compõem a Secretaria Municipal de Educação.

Em relação à internet nas escolas do município, esta deveria chegar através de um projeto do MEC chamado Banda Larga nas Escolas, que forneceria 1 mega *byte* (MG) para toda a escola.

O Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE) tem como objetivo conectar todas as escolas públicas urbanas à internet, rede mundial de computadores, por meio de tecnologias que propiciem qualidade, velocidade e serviços para incrementar o ensino público no País. O Programa Banda Larga nas Escolas foi lançado no dia 04 de abril de 2008 pelo Governo Federal, por meio do Decreto nº 6.424. A gestão do Programa é feita em conjunto pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), em parceria com o Ministério das Comunicações (MCOM), o Ministério do Planejamento (MPOG) e com as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais (BRASIL, MEC, 2008).

No entanto, nas escolas com essa velocidade e todos os computadores ligados, não é possível fazer a conexão. Sendo assim, algumas escolas pagam um segundo link que fornece uma velocidade maior e assim, conseguem estabelecer a conexão em todo o ambiente escolar e também nos laboratórios.

Já em relação aos valores disponibilizados ao Programa, a mantenedora deveria disponibilizar um recurso só para os laboratórios de informática, mas isso é inviável até o presente momento, pois o índice disponibilizado é para atender todo o setor da Educação com equipamentos permanentes e de consumo. Mas a grande dificuldade é que as escolas não possuem verbas suficiente para manutenção e atualização permanentes dos equipamentos e dos programas. Como ressalta Kenski (2012), é preciso que verbas cada vez maiores sejam previstas nos orçamentos para aquisição de novas máquinas e novos programas.

As multiplicadoras informam também, que em relação aos cursos não há nenhum investimento, pois o material utilizado é fornecido pelo MEC, e que a maioria das atividades são *online*.

Atualmente, além dos cursos do ProInfo o Núcleo de Tecnologia Municipal (NTM) está responsável por alimentar o sistema de monitoramento e execução do Plano de Ações Articuladas (PAR). Onde as multiplicadoras analisam todas as

ações e sub-ações e repassam aos setores competentes para que estes forneçam as informações necessárias para que assim, elas possam completar as metas que o município se propôs a cumprir em cada biênio, e para que o governo Federal faça os repasses financeiros de acordo com a demanda solicitada pelo município.

Este setor realiza este trabalho porque por ter mais “familiaridade” com as novas tecnologias, mas, segundo as próprias multiplicadoras poderia ser qualquer outro dentro da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE Interativo) pode-se dizer que é uma ferramenta de apoio à gestão escolar desenvolvida pelo Ministério da Educação, em parceria com as Secretarias de Educação, e está disponível para todas as escolas públicas cadastradas no Censo Escolar de 2014.

A direção da escola com a equipe administrativa preenchem o sistema (PDDE Interativo) e no final, elaboram um Plano Integrado para usar a verba que o governo federal disponibiliza para a escola se o plano for aprovado. Este Plano Integrado primeiro passa pelas multiplicadoras para correção e depois elas encaminham para que o MEC faça a avaliação definitiva e proceda com a liberação de verbas. O dinheiro quando liberado é depositado na conta da Escola, então, a direção gastará conforme o plano elaborado, precisando realizar a prestação de contas ao final de todo processo. Como última etapa deste processo as multiplicadoras conferem as atas e o material adquirido pela gestão da escola.

Em relação ao Programa Formação pela Escola, este visa fortalecer a atuação dos agentes e parceiros envolvidos na execução, no monitoramento, na avaliação, na prestação de contas e no controle social dos programas e ações educacionais financiadas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). É voltado, para a formação continuada de profissionais de ensino, técnicos e gestores públicos municipais e estaduais, representantes da comunidade escolar e da sociedade organizada.

O programa tem como propósito, contribuir para a melhoria da qualidade da gestão e o fortalecimento do controle social dos recursos públicos destinados à educação. E em virtude da abrangência territorial do país e do grande número de pessoas envolvidas nessas ações, os cursos são predominantemente à distância, visando potencializar os esforços de formação continuada dos diversos atores envolvidos na execução de programas do FNDE.

O município de Campo Largo tem três vagas para tutores para esta formação, sendo que duas vagas são ocupadas por duas multiplicadoras do Núcleo Municipal de Educação e a terceira vaga é ocupada por uma professora da rede municipal de educação.

Neste programa as multiplicadoras são responsáveis por organizar e agendar dois encontros presenciais. Sendo que no primeiro encontro é mostrado o sistema e orientado como deve ser realizado as atividades e o trabalho final do curso. E no segundo encontro tem a apresentação do trabalho final e as multiplicadoras falam também, sobre a avaliação que o cursista deve fazer em relação ao curso finalizado e falam sobre certificação. Os dois encontros são elaborados pela coordenação estadual.

Quanto ao Pólo da Universidade Aberta do Brasil (UAB) de Campo Largo, até agora foram às multiplicadoras do Núcleo Municipal de Educação que cuidaram das questões burocráticas para a implantação do pólo no município, cuidando da documentação para a criação do mesmo e pela procura e locação de um imóvel com todas as adaptações exigidas para o funcionamento.

Segundo as multiplicadoras o Pólo da Universidade Aberta do Brasil (UAB), já foi avaliado e aprovado pelo MEC. Agora estão aguardando a liberação do vestibular pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

4. PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

4.1 ABORDAGEM DA PESQUISA

A pesquisa da dissertação encontra-se cadastrada no Comitê de Ética com o número CAAE 60856716.9.0000.5573.

A pesquisa da dissertação apresenta uma abordagem qualitativa do tipo estudo de caso.

A dissertação pode ser interpretada como sendo a pesquisa de um tema importante para a sociedade, com fins de aperfeiçoamento profissional, que colabore com o avanço da ciência ao responder problemas. Gil (2010, p.1) define pesquisa como o “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

A princípio fez-se a delimitação do tema de interesse para a realização desta pesquisa, buscando-se em seguida a bibliografia que pudesse dar subsídio ao trabalho. Classifica-se esta pesquisa também, como estudo de caso, pois os dados serão coletados por meio de observação e análise de documentos. Este procedimento é conceituado por Gil (2010, p. 37) como “estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetivos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento”.

A pesquisa ou método científico, normalmente, é definida como quantitativa ou qualitativa em função do tipo de dados. É necessário caracterizar cada um dos métodos, para que o objetivo traçado pelo pesquisador seja alcançado, de acordo com a análise proposta pelo método escolhido.

A pesquisa é melhor conceituada como processo de se chegar a soluções confiáveis para os problemas através da coleta sistemática e planejada, análise e interpretação dos dados. É a ferramenta mais importante para o avanço do conhecimento, para promover o progresso e para permitir que o homem realize suas metas e para resolver seus conflitos (MOULY, 1978 apud COHEN; MANION; MORRISON, 2000. p. 3).

Em relação à abordagem do problema, a presente pesquisa será desenvolvida pelo método qualitativo, uma vez que a nossa dissertação de mestrado estará analisando o fenômeno da formação continuada de professores e se baseará nessa abordagem, não realizando nenhuma análise de caráter quantitativo.

De acordo com Silva e Menezes (2005, p.20), a pesquisa qualitativa “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”.

Para Esteban (2010) em relação aos métodos de pesquisa qualitativa afirma que “é mais fácil descrevê-los do que defini-los”. Segundo Flick (2009), esse perfil da pesquisa qualitativa não é mais definido por eliminação, mas ela contém várias características específicas. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa “usa o texto como material empírico (ao invés de números) parte da noção da construção social das realidades em estudo, está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano em relação ao estudo.” (FLICK, 2009. p.16). Para Denzin e Lincoln (1994 apud ESTEBAN, 2010) a pesquisa qualitativa é um campo interdisciplinar, transdisciplinar e, às vezes, contradisciplinar.

Atravessa as humanidades, as Ciências Sociais e as Ciências Físicas. A pesquisa qualitativa é muita coisa ao mesmo tempo. É multiparadigmática em seu enfoque. As pessoas que a praticam são sensíveis ao valor de um enfoque multimétodo. Estão comprometidas com uma perspectiva naturalista e uma compreensão interpretativa da experiência humana. Ao mesmo tempo, o campo da pesquisa qualitativa é inerentemente político, atuando por meio de múltiplas posições éticas e políticas. A pesquisa qualitativa expressa duas tensões. De um lado apresenta ampla sensibilidade interpretativa, pós-moderna, feminista e crítica. De outro recorre a uma estreita definição das concepções positivista, pós positivista, humanística e naturalística da experiência humana e sua análise. (DENZIN; LINCOLN, 1994 apud SANTÍN ESTEBAN, 2010. p. 125),

Como se observa no conceito amplo, “genérico” e faz referências a várias correntes epistemológicas e teóricas. Em um texto recente de Denzin e Lincoln (2005 apud FLICK, 2009) apresentam o seguinte conceito para a pesquisa qualitativa:

A pesquisa qualitativa é uma atividade situada que posiciona o observador no mundo. Ela consiste em um conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível. Essas práticas transformam o mundo, fazendo uma série de representações, incluindo notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e anotações pessoais. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma postura interpretativa e naturalística diante do mundo. Isso significa que os pesquisadores desse campo estudam as coisas em seus contextos naturais, tentando entender ou interpretar os fenômenos em termos dos sentidos que as pessoas lhes atribuem (DENZIN; LINCOLN, 2005 apud FLICK, 2009. p. 16).

Flick (2009) analisa essa conceituação como “inicial e genérica” e tece comentários acerca de outras pesquisas em que essa definição não consegue abarcar. Tais observações segundo o autor não se mostram como crítica à concepção de Denzin e Lincoln (2005 apud FLICK, 2009), mas demonstram as dificuldades de conceituar esse termo.

Günther (2006) afirma que, ao invés de utilizar instrumentos e procedimentos padronizados, a pesquisa qualitativa considera cada problema do objeto de pesquisa, a necessidade de escolher os instrumentos e procedimentos específicos. Assim, numa pesquisa qualitativa podemos utilizar procedimentos quantitativos e qualitativos, desde que supram as necessidades da investigação.

Como definido anteriormente, a pesquisa qualitativa proporciona a possibilidade de vislumbrar o objeto de pesquisa, de vários modos e o que permite que isso aconteça são as técnicas de coleta propostas. Os métodos utilizados na pesquisa qualitativa contribuem para uma coleta de dados ampla e permite

apreender o caráter complexo e multidimensional dos fenômenos em sua manifestação natural (TIKUNOFF; WARD, 1980 apud MARLI, 1983, p. 66).

A pesquisa qualitativa, atualmente, ocupa no espaço acadêmico um lugar privilegiado oferecendo possibilidades de estudar situações que envolvem seres humanos e suas relações sociais em diversos ambientes. O objeto de pesquisa pode ser melhor compreendido no seu contexto, a pesquisa qualitativa permite essa compreensão de forma integrada.

Na próxima seção, detalharemos uma abordagem da pesquisa qualitativa muito conhecida e usada nas investigações em diversas áreas: o estudo de caso.

4.1.1 Estudo de caso

Nossa pesquisa utilizará o estudo de caso como metodologia de trabalho. Segundo Santín Esteban (2010 apud GÓMEZ, et al., 1996), ela afirma que esse enfoque envolve um processo de indagação caracterizado pelo exame detalhado, sistemático e em profundidade do caso do objeto de estudo.

Para Stake (1998 apud SANTÍN ESTEBAN, 2010) destaca-se que na educação os casos são em sua maioria pessoas e programas, que por sua vez nos interessam por sua particularidade: De um estudo de caso se espera que se abranja a complexidade de um caso particular [...] é o estudo da particularidade e da complexidade em um caso singular, para chegar a compreender sua atividade em circunstâncias importantes [...]. O caso pode ser uma criança, um professor também [...]. Pretendemos compreendê-los. Nós gostaríamos de escutar suas histórias. (STAKE, 1998 apud SANTÍN ESTEBAN 2010. p. 182)

Sendo assim, como afirma André (2005) o estudo de caso enfatiza o conhecimento do particular, o interesse é selecionar uma determinada unidade e compreendê-la "em sua complexidade e em seu dinamismo próprio, fornecendo informações relevantes para a tomada de decisão" (ANDRÉ, 2005. p. 49).

Para Robert Stake (1984) estabeleceu uma outra técnica para definir os estudos de caso. Ele acredita que eles não sejam "uma escolha metodológica, mas uma escolha do objeto a ser estudado".

Para Yin (2005), estudo de caso é uma investigação empírica, um método que abrange tudo - planejamento, técnicas de coleta de dados e análise dos mesmos.

Ainda segundo André (2013) “O conhecimento instigado pelo estudo de caso é diferente do de outros tipos de pesquisa porque é mais concreto, mais contextualizado e mais voltado para a interpretação do leitor”.

Se o interesse é investigar fenômenos educacionais no contexto natural em que ocorrem, os estudos de caso podem ser instrumentos valiosos, pois o contato direto e prolongado do pesquisador com os eventos e situações investigadas possibilita descrever ações e comportamentos, captar significados, analisar interações, compreender e interpretar linguagens, estudar representações, sem desvinculá-los do contexto e das circunstâncias especiais em que se manifestam. Assim, permitem compreender não só como surgem e se desenvolvem esses fenômenos, mas também como evoluem num dado período de tempo (ANDRÉ, 2013, p. 97).

Em consonância com essa colocação, Adelman (1980 apud COHEN; MANION; MORRISON, 2000) assegura que o estudo de caso é "o estudo de uma instância em ação" (ADELMAN, 1980 apud COHEN; MANION; MORRISON, 2000. p. 198). O caso a ser estudado pode ser um aluno, uma turma, um curso, um professor, uma criança.

4.1.2 Tipos de estudo de caso

Para Stake (apud André, 2005) distingue três tipos de estudo de caso: intrínseco, coletivo e instrumental. O intrínseco é aquele em que há interesse em estudar aquele específico caso. Naturalmente, a pesquisa exigirá uma multiplicidade de fontes de dados, de métodos e procedimentos de coleta e análise de dados. O estudo de caso é coletivo quando o pesquisador escolhe diferentes casos, intrínsecos ou instrumentais, para estudo. Já o estudo de caso instrumental é aquele em que o caso não é uma situação concreta, mas uma questão mais ampla. Pode-se escolher, por exemplo, uma escola qualquer que vai ser à base de investigação. Neste caso, tomamos como exemplo a nossa escolha por investigar a Formação Continuada de Professores no curso de Introdução à Educação Digital do Núcleo de Tecnologia Municipal de Campo Largo.

Yin (2005) define o estudo de caso como único e múltiplo. Já André (2005) reúne o estudo de caso em quatro grandes grupos: etnográfico (um caso é estudado em profundidade pela observação participante); avaliativo (um caso ou um conjunto de casos é estudado de forma profunda com o objetivo de fornecer aos atores

educacionais informações que os auxiliem a julgar méritos e valores de políticas, programas ou instituições); educacional (quando o pesquisador está preocupado com a compreensão da ação educativa); e ação (busca contribuir para o desenvolvimento do caso por meio de feedback).

Assim, ao apresentar um curso, como é caso dessa dissertação, essa situação real possibilita uma compreensão mais clara sobre as idéias, ao invés de teorias abstratas ou princípios.

O estudo de caso inclui também, como instrumento na coleta de dados os estudos dos documentos, que para André (2013) significa:

Quase todos os estudos incluem análise de documentos, sejam eles pessoais, legais, administrativos, formais ou informais. Nas situações, o pesquisador deve ter um plano para seleção e análise de documentos, mas ao mesmo tempo tem que estar atento a elementos importantes que emergem na coleta de dados (ANDRÉ, 2013, p.100).

Do mesmo modo, afirma Stake (1995). “Os documentos são muito úteis nos estudos de caso porque complementam informações obtidas por outras fontes e fornecem base para triangulação dos dados”.

Enfim, são características do estudo de caso: a interpretação em contexto, utilização de uma variedade de informantes, fontes de informação e situações, inclusão de diferentes pontos de vista, englobar a perspectiva do próprio pesquisador, ter um plano de trabalho flexível. Sendo assim, o estudo de caso pode ajudar a entender como as teorias podem iluminar a análise do objeto.

4.2 OS SUJEITOS PESQUISADOS

A população abordada foi constituída de 20 professores dos 262 docentes capacitados no curso de formação continuada de Introdução à Educação Digital, do Núcleo de Tecnologia Municipal, no período de 2009 a 2015, lotados nas seguintes escolas:

- Escola Municipal O Ateneu - 01 professora;
- Escola Municipal Mauro Portugal - 02 professoras;
- Escola Municipal Monsenhor Ivo Zanlorenzi - 01 professora;
- Escola Municipal Dona Fina – 02 professores;
- Escola Municipal Madalena Portela - 01 professora;

- Escola Municipal Sete de Setembro - 02 professoras;
- Escola Municipal Affonso Cunha - 01 professora;
- Escola Municipal Reino da Loucinha - 03 professoras;
- Escola Municipal Anchieta – 02 professoras;
- Escola Municipal Prof^a Lenovi - 01 professora;
- Escola Municipal Carlos Drummond - 02 professoras;
- Escola Municipal 15 de Outubro - 01 professora;
- Escola Municipal Diva Reinke - 01 professora.

Os professores apresentam faixa etária que variam entre 57 anos a professora mais velha de idade e 29 anos a mais jovem que realizou o curso. Em relação ao sexo, encontramos uma amostra de 02 professores homens que realizaram o curso e 17 professoras mulheres. O tempo de atuação da amostra selecionada encontra-se em 29 a 03 anos de efetivo exercício da profissão.

Com relação à formação de inicial, da nossa amostra de 20 professores, 18 possuem formação em pedagogia e 02 professores em Educação Física. Já em relação à Especialização, todos os 20 professores apresentam pós-graduação, mas nenhum professor ingresso em programas de mestrado e doutorado.

Todos possuem certa familiaridade com os recursos tecnológicos e segundo eles, geralmente agregam os recursos disponíveis nas escolas em suas aulas.

4.3 O INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O instrumento utilizado para a coleta de dados será um questionário com questões abertas e fechadas.

Sobre questionário como instrumento de coleta de dados, Gil (1999, p.128) define “como uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” As perguntas podem ser classificadas em perguntas abertas e em perguntas fechadas, segundo (CHAER; DINIZ; RIBEIRO, 2011):

As perguntas abertas são aquelas que permitem liberdade ilimitada de respostas ao informante. Nelas poderá ser utilizada linguagem própria do

respondente. Elas trazem a vantagem de não haver influência das respostas pré-estabelecidas pelo pesquisador, pois o informante escreverá aquilo que lhe vier à mente. Um dificultador das perguntas abertas é também encontrado no fato de haver liberdade de escrita: o informante terá que ter habilidade de escrita, de formatação e de construção do raciocínio. Já as perguntas fechadas trarão alternativas específicas para que o informante escolha uma delas. Têm como aspecto negativo a limitação das possibilidades de respostas, restringindo, pois, as possibilidades de manifestação do interrogado. Elas poderão ser de múltipla escolha ou apenas dicotômicas (trazendo apenas duas opções, a exemplo de: sim ou não; favorável ou contrário) (CHAER; DINIZ; RIBEIRO, 2011, p. 262).

O público alvo foram 20 professores que responderam ao questionário aplicado de forma voluntária e sem identificação, das escolas municipais selecionadas, dos 262 docentes que concluíram os Cursos de Introdução à Educação Digital (60 horas) no Núcleo Municipal de Campo Largo de 2010 a 2015. Na elaboração do questionário que foi enviado aos professores se levou em consideração os aspectos pedagógicos e os recursos tecnológicos utilizados. colocar dados do curso.

Na pesquisa, a autora optou por entregar em mãos os questionários para os professores. A pesquisadora fez questão de explicar sobre a pesquisa para todos os entrevistados e sanar todas as dúvidas e esclarecimentos sobre as perguntas dos questionários.

Ainda sobre essa questão Marconi e Lakatos (1999, p. 100) fazem uma grande contribuição quando destacam que, [...] junto com o questionário deve-se enviar uma nota ou carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas, tentando despertar o interesse do receptor para que ele preencha e devolva o questionário dentro de um prazo razoável. Os questionários depois do devido preenchimento foram devolvidos para autora, para análise estatística e para avaliação da coerência e dos dados.

4.4 O PROCESSO DE ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Análise de dados é analisar os dados de um problema e identificá-los. A análise de dados possui diferentes facetas e abordagens, incorporando técnicas diversas. Gil (1999) explica que o objetivo é organizar sistematicamente os dados de forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema de investigação.

Na dissertação foi realizada uma análise interpretativa onde, diante do ponto de vista da pesquisadora nas respostas dos questionários, a pesquisadora buscou compreender o significado da fala dos entrevistados. Para Bardin (2011) pode ser

utilizado a análise descritiva ou interpretativa, onde, com base na análise individual das perguntas agrupa-se as respostas de acordo com aquilo que se quer estudar; Faz-se então, a análise separada das variáveis e redige-se o documento contendo a análise descritiva.

4.5 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

Na dissertação na análise dos questionários foi analisada as respostas dos 20 professores diante da análise interpretativa. A análise foi realizada da seguinte forma: 1) Leitura das respostas dos participantes; 2) Reflexão da pesquisadora em cima das respostas; 3) Seleção de 5 respostas convergências para consolidar um significado.

O questionário foi codificado com o seguinte código: QP1 até QP20 para as perguntas do questionário. E RP1P1 foram codificadas da seguinte forma: Resposta1 da Pergunta 1 do professor 1.

Para responder os nossos objetivos de pesquisa indagamos no questionário a seguinte pergunta:

QP9 - Quais as contribuições que o curso de formação continuada de “Introdução à Educação Digital” realizado no NTM de Campo Largo trouxe ao professor?

Resposta - Todos os 20 professores marcam a “elevação de nível”, por ter uma carga horária de 60 horas.

R1P1P1 – “Fiz o curso para o meu desenvolvimento profissional, pois, muitos professores ainda sentem-se intimidados ao usar o computador”.

R2P1P6 – Depois que fiz o curso Introdução à Educação Digital, fui até o laboratório em minha hora atividade, me inteirei dos jogos que havia no sistema e passei a integrá-los às minhas aulas sempre que possível. Eu sei que os alunos gostam de jogos e quando vamos ao laboratório divido as turmas, enquanto uma fica em sala realizando alguma atividade, a outra vai para o laboratório, uma turma vai antes do recreio e a outra vai depois do recreio, pois temos poucos computadores funcionando. Neste dia sempre a diretora ou a pedagoga me ajudam a ficar com as crianças em sala de aula e eu vou com a outra turma para o laboratório. Não é fácil

ensinar as crianças, mas o bom é que elas aprendem muito rápido. E é uma atividade extraclasse que eles adoram, aliás, tudo que é tecnológico eles adoram!

R3P1P15 –“Além da elevação de nível, por se tratar de um curso de Linux, o qual a maioria dos professores não domina, não deixa de ser para o meu desenvolvimento profissional”.

Fica claro que o curso ajudou na subida de nível desses profissionais. Tendo em vista, que é necessário um total de 120 horas para subida de nível a cada dois anos no município. Portanto, esse curso contempla metade da carga horária necessária. Entretanto, notamos que houve pouca adesão ao curso no decorrer dos anos e observa-se uma baixa nas matrículas, porque o curso é ofertado somente em horário de trabalho e sua carga horária é extensa, não dando oportunidade do professor se ausentar por muito tempo da escola.

A formação do professor deve prover condições para que ele construa conhecimento sobre as técnicas computacionais, entenda por que e como integrar o computador na sua prática pedagógica e seja capaz de superar barreiras de ordem administrativa e pedagógica. Essa prática possibilita a transição de um sistema fragmentado de ensino para uma abordagem integradora de conteúdo e voltada para a resolução de problemas específicos do interesse de cada aluno. (VALENTE, 1997, p. 14)

QP10 - Quais às contribuições que o curso de formação continuada Introdução à Educação Digital trouxe para a prática pedagógica dos professores?

R1P2P1 – Tinha pouca familiaridade com o uso do computador. Sempre que podia pedia para alguém digitar para mim as provas e trabalhos. Depois que fiz o curso de Introdução à Educação Digital, fui aos poucos digitando meus textos, minhas provas. Mas tive muito apoio da minha equipe pedagógica para perder o medo do computador, ainda não tenho muita habilidade, mas hoje já vejo meus e-mails, navego na internet, tenho mais segurança em relação ao uso do computador. Sei que é importante nos atualizarmos sempre.

R2P2P2 – “O motivo que me levou a realizar o curso foi aprender a trabalhar como o sistema operacional Linux, pois é o sistema operacional usado nas escolas e quando foi instalado ninguém sabia trabalhar como ele, ai quando abriu o curso fui logo aprender”.

R3P2P3 - “A maior contribuição foi para o desenvolvimento profissional, pois não sabia trabalhar como os computadores da escola, pois são todos Linux, então, tive que me capacitar.”

R4P2P13 – “Fiz o curso para me aperfeiçoar no Linux. Pois gosto de fazer pequenos vídeos e apresentação para os pais em slides, mas como o sistema na escola é Linux no início sentia um pouco de dificuldade, pois estava acostumada com o Windows. Mas agora que aprendi como fazer no curso”.

R5P219 – Não temos laboratório de informática, mas sempre que posso faço com os alunos vídeos de algumas aulas e depois vemos como ficou no meu *notebook* ou no Data Show, eles adoram se ver na tela como se fossem artistas de TV , e assim, aprendem brincando.

Apesar da maioria das escolas ter problemas em relação aos laboratórios de informática, todas as escolas possuem internet, algumas custeadas pela própria Associação de Pais e Mestres, outras cedidas pela prefeitura.

Sobre as contribuições que o curso de formação continuada de Introdução à Educação Digital trouxe para a prática pedagógica, no relato das respostas a maioria dos professores respondeu que o utiliza o computador e demais tecnologias disponíveis na escola. Porém, nota-se que nem todos os professores possuem o mesmo nível de habilidade em relação ao uso dos recursos oferecidos.

[...] a promoção dessas mudanças pedagógicas não depende simplesmente da instalação dos computadores nas escolas. É necessário repensar a questão da dimensão do espaço e do tempo da escola. A sala de aula deve deixar de ser o lugar das carteiras enfileiradas para se tornar um local em que professor e alunos podem realizar um trabalho diversificado em relação ao conhecimento. O papel do professor deixa de ser o de “entregador” de informação, para ser o de facilitador do processo de aprendizagem. O aluno deixa de ser passivo, de ser o receptáculo das informações, para ser ativo aprendiz, construtor do seu conhecimento. Portanto a educação deixa de ser a memorização da informação transmitida pelo professor e passa a ser a construção do conhecimento realizada pelo aluno de maneira significativa, sendo o professor, o facilitador desse processo de construção (VALENTE, 1999, p. 17-18).

QP11 - Quais às implicações que o curso de formação continuada Introdução à Educação Digital trouxe para a prática pedagógica do professor?

R1P3P2 – “O curso poderia ser ofertado nas semanas pedagógicas, no início e na metade do ano, em forma de oficinas, talvez, assim mais professores poderiam fazer o curso”.

R2P3P7- “Não há implicações ou sugestões, pois, o laboratório de informática na minha escola quase nunca funcionou e hoje encontra-se fechado”.

R3P3P11 – “No início foi muito difícil trabalhar com o Linux, pois os ícones são bem diferentes, mesmo fazendo o curso”.

R4P3P13 - “Devido ao fato de estar acostumada como o sistema Windows, não foi fácil a adaptação para o Linux”.

R5P3P19 – O curso foi bom, mas se não houver atualização do sistema operacional para o curso não se tornar obsoleto”.

Nesse sentido os professores pedem também a atualização do curso de Introdução a Educação Digital. Os professores relatam ainda, que depois que realizaram o curso passaram a utilizar mais o laboratório de informática e utilizar os recursos disponíveis na escola, como o data show, por exemplo.

Schön (2000, p. 17) afirma que os profissionais competentes devem não apenas resolver problemas técnicos, através da seleção dos meios apropriados para fins claros e consistentes em si, mas devem também conciliar, integrar e escolher apreciações conflitantes de uma situação, de modo a construir um problema coerente que valha a pena resolver.

E para fechar nossa análise perguntamos aos professores:

QP12 - Quais as melhorias que o curso de formação continuada Introdução à Educação Digital deve ter.

R1P4P6 – “Propõem atualização constante tanto dos computadores como dos softwares e propõem reabertura dos laboratórios fechados. Gostaria que houvesse um módulo ou uma oficina para ensinar a usar as demais tecnologias disponíveis na escola, além do computador”.

R2P4P12 – “Gostaria que fosse aberto um curso que envolva os pais dos alunos, para discutir sobre o uso excessivo das tecnologias”.

R3P4P17 – “O professor sugeriu que fosse aberto o curso de Introdução à Educação Digital nos cursos da semana pedagógica do início do meio do ano.

R4P4P19 – “Sugeriu a criação de um blog para os professores da rede municipal trocar idéias. Além de capacitações nas escolas, atendendo assim, as necessidades específicas de cada uma.

R5P4P20 - O professor também propõe que seja aberto um curso sobre as tecnologias e o meio ambiente. Devido à importância do tema.

A educação para sustentabilidade é estratégica nas metas para a constituição da cidadania planetária e de novos referenciais sócio-ambientais na sociedade. (ROSA E SILVA, 2012, p.73)

Sendo assim, todas as sugestões de melhorias vem de encontro com aquilo que os professores gostariam de aprender nos cursos de tecnologias educacionais. Demonstra que eles sabem da importância de se atualizar e capacitar.

4.6 SUGESTÕES DE MELHORIAS PARA O CURSO DE INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO DIGITAL

Para uma ampla informatização do ensino público, a estrutura física básica e os equipamentos, por si só, não atingem o objetivo, como vimos nos relatos acima dos professores. Deve-se haver maior preocupação do poder público em relação a investimentos para manutenção dos equipamentos, dos laboratórios e atualização dos softwares educativos. Além, da formação continuada tecnológica dos professores ser fundamental para que o docente e seus alunos possam usufruir adequadamente dos bens disponibilizados na escola.

O curso de Introdução à Educação Digital é um curso básico para professores que não possuem o domínio do computador. “O objetivo do curso é possibilitar aos professores a utilização de recursos tecnológicos, tais como: processadores de textos, apresentação multimídia, recursos da Web para produções de trabalhos escritas/multimídia, comunicação e interação como e-mail, bate papo, blogs”. (BRASIL, 2008)

Sendo assim, com base nos objetivos do curso e com base nas respostas dos professores para a questão sobre quais melhorias o curso de Introdução à Educação Digital pode ter, propomos ao Núcleo de Tecnologia Municipal de Campo Largo, algumas sugestões de melhorias que podem ser incluídas, trabalhadas e abordadas no curso de Introdução à Educação Digital:

- ✓ Oferecer oficinas durante a semana pedagógica sobre apresentação multimídias e recursos da Web e demais recursos disponíveis na escola;
- ✓ Proposta de um curso ou oficina sobre as tecnologias e o meio ambiente;
- ✓ Um curso ou oficina que envolva os pais dos alunos, para discutir sobre o uso excessivo das tecnologias.
- ✓ Inclusão do curso de Introdução à Educação Digital na semana pedagógica no início no meio do ano.
- ✓ Abertura de um blog para troca de idéias entre os professores da rede municipal;
- ✓ Atualização constante dos computadores e dos softwares educativos;
- ✓ Capacitações nas escolas, atendendo assim, as necessidades específicas de cada uma;
- ✓ Atualização permanente do curso;
- ✓ Reabertura dos laboratórios de informática das escolas onde estes laboratórios encontram-se desativados;

“É preciso descobrir novos caminhos e modos de atuar que favoreçam um diálogo com a tecnologia ao promover a inclusão digital. O ideal é que na comunicação e interação do curso predomine uma via de mão dupla entre cursistas, cursistas e formadores, cursistas e seus alunos, ampliando as possibilidades de (inter)atividade, trocas, negociação compartilhada e cooperação. O resultado enriquecerá a experiência, a produção e a atuação de todos nós”. (BRASIL, 2008, p.9)

Enfim, muito ainda tem de ser feito, mas se o professor estiver capacitado efetivamente para o uso do computador e se a escola tiver um projeto pedagógico consistente, é possível fazer uso do que se tem disponível de forma plena e segura. Mas para que isto aconteça, também é importante que a escola tenha possibilidade

de estar equipada com bons computadores e conectados a Internet, ter um bom acervo de softwares educativos, dentre outros.

CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos, através de políticas de inclusão digital as escolas públicas brasileiras têm sido equipadas com computadores e banda larga. Todavia, estas ações não são o bastante, conforme (PRADO, 2000, p. 14) “é preciso capacitar os professores para atuar e recriar ambientes de aprendizagem, ou seja, formar professores críticos, reflexivos, autônomos e criativos na busca de mudanças do processo de ensino”.

Nas escolas do município de Campo Largo, as tecnologias aos poucos estão sendo incorporadas no processo educativo, sendo utilizadas como ferramentas pedagógicas visando contribuir para a inclusão digital através do acesso a computadores e outras tecnologias digitais disponibilizadas pelo Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), programa educacional do Ministério da Educação (MEC).

No município de Campo Largo, através dessa pesquisa realizada no NTM os dados mostram que precisamos investir sempre e mais na formação continuada dos professores para o uso de novas tecnologias fora e dentro da escola. O estudo realizado no NTM evidencia também, que os cursos oferecidos são destinados mais na área técnica do que pedagógica, fato esse, que pode ser exemplificado com o curso de Introdução à Educação Digital, que, aliás, foi o curso sobre o qual nos debruçamos e que foi organizado visando familiarizar e preparar os professores da rede municipal para utilizar os computadores e seus aplicativos.

Considerando o número de profissionais da rede municipal de Campo Largo que poderiam participar dos cursos do Núcleo de Tecnologia Municipal (NTM), que é de 980 em relação ao número dos professores da rede que efetivamente participaram que é de 262 profissionais, fica evidente a necessidade de reformulação dos cursos de formação continuada oferecido pelo Núcleo de Tecnologia Municipal.

Entretanto, a contribuição que o Núcleo de Tecnologia de Campo Largo trouxe para os professores da rede municipal com a abertura do curso de formação

continuada Introdução á Educação Digital, tendo em vista as respostas professores, foi aprender a utilizar o sistema operacional Linux, com o qual a maioria dos professores capacitados sentia dificuldade em trabalhar na época em que ele foi instado nos laboratórios das escolas.

Outro dado na pesquisa, que também chama atenção é de ter escolas que não possuem mais laboratório de informática para os alunos, mas que os professores desejam e anseiam por sua reabertura, pois eles entendem se tratar de uma das ferramentas fundamentais na utilização das novas tecnologias e da inclusão digital de toda a comunidade escolar. Cabe aos sujeitos desse processo cobrarem soluções do poder público, para que possam utilizar todos os recursos que as TIC proporcionam, e assim, aprimorar seu conhecimento e incentivar o seu uso.

Quanto ao Núcleo de Tecnologia Municipal, já consolidado, com mais de cinco anos de trabalho, necessita aprofundar seus trabalhos com foco na formação continuada de forma contextualizada e crítica em busca de um ensino de qualidade. “Um processo de reflexão crítica permitiria aos professores avançar num processo de transformação da prática pedagógica mediante sua própria transformação como intelectuais críticos, isto requer a tomada de consciência dos valores e significados ideológicos implícitos nas atuações docentes e nas instituições, e uma ação transformadora dirigida a eliminar a irracionalidade e a injustiça existentes nestas instituições” (CONTRERAS, 2002, p. 157).

Diante deste contexto, em termos sintéticos as observações deste estudo poderão ser utilizados como norteadores de ações desencadeadoras para melhorar a qualidade do curso de formação continuada de Introdução à Educação Digital, realizado no NTM para os professores para o uso das TIC na educação no município de Campo Largo. Estas constatações ajudam a repensar as políticas educacionais de formação continuada de professores para o uso das TIC como auxílio da prática pedagógica em benefício do processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 2005.

_____. **A Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013 <http://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/753/526>. Acesso 05/10/2016.

_____. Texto, contexto e significados: algumas questões na análise de dados qualitativos. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 45, p. 66-71, maio. 1983.

ALONSO, Myrtis (Org.). **O trabalho docente: teoria & prática**. São Paulo: Pioneira, 1999.

BARROS, Gílian Cristina. **Tessituras em rede: possibilidades de interação e pesquisa a partir de webquests de álgebra**. Curitiba: UFPR, 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação: Educação Matemática. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

BEHERENS, Marilda Aparecida. Projetos de aprendizagem colaborativa num paradigma emergente, em MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000

BELLONI, Maria Luiza **O que é mídia-educação?** 2. ed. Campinas, EP: Autores Associados, (coleção Polêmicas do nosso tempo, 78), 2005.

BÉVORT, Evelyne, BELLONI, Maria Luiza. **Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas**. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1081-1102, set./dez. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a08.pdf> Acesso em 10/09/2015

BIANCHETTI, Roberto Gerardo. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BIAZI, Maria Helena; TOMÉ, Cristiane Leus. **Formação Continuada: a importância da formação docente**. Revista Eventos Pedagógicos. V.2, n.2, p.132 – 141. Ago./Dez.2011

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: promulgada em 5 de outubro de 1988. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm >. Acesso em: 02 de novembro de 2015.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal, 1996.

_____. **Lei 4024/61, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília 1961.

_____. **Lei 5692/71, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília 1971.

_____. **Decreto n. 6.300, de 12 de dezembro de 2007.** Dispõe sobre as novas diretrizes do PROINFO. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/.../Decreto/D6300.htm. Acessado em 24/09/2015

_____. **Decreto n. 6.755, de 29 de janeiro de 2009.** Dispõe sobre a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, Diário Oficial da União. DOU. 2009a. Disponível em < http://www.capes.gov.br/images/stories/noticia/DOU_30.01.2009_pag_1.pdf > Acesso em: 13 de novembro de 2015

_____. **Decreto nº 8.381/2014, o qual dispõe sobre o valor do salário mínimo** e a sua política de valorização de longo prazo. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8381.htm. Acessado em 23/10/15

_____. **INEP 1997. Censo do Profissionais do Magistério da Educação Básica.** Disponível em <http://portal.inep.gov.br/profissionais-do-magisterio>. Acessado em 26/10/2015

_____. **Introdução à educação digital. MEC/ SEED. Programa nacional de formação continuada em tecnologia educacional Proinfo integrado.** Brasília – 2008. Primeira edição. Disponível em: http://webeduc.mec.gov.br/Proinfointegrado/Material%20de%20Apoio/apostila_press.pdf. Acesso em 23/10/2016

Lei n. 12.014, de dezembro de 2009. Altera o artigo 61 da Lei nº 9.394/96, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação.

_____. MEC. **Anteprojeto de regulamentação do FUNDEB.** Segunda versão. Brasília, 2005.

_____. MEC. **Anteprojeto de regulamentação do FUNDEB.** Versão preliminar. Brasília, 2005 a.

_____. MEC/SEED/PROINFO. **Documento definição.** Brasília - Proinfo, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=462>. Acesso em: 10 jul. 2015.

_____. **Programa Nacional de Informática na Educação PROINFO Diretrizes.** Brasília 1997. Disponível em: www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/.../proinfo_diretrizes1.pdf. Acessado em 13/05/2015

_____. **Projeto de Lei nº 8.035 de 2010**, que dispõe sobre o Plano Nacional de Educação. Disponível em <http://www.camara.leg.br/sileg/integras/831421.pdf>. Acessado em 13/11/2015

_____. **Recomendações Gerais para a preparação dos Núcleos de Tecnologia Educacional**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=15808>. Acessado em 13/11/2015

CAMPO LARGO. **Lei nº 2028 Plano de Cargos e Carreira do Magistério**, de 02 de abril de 2008.

_____. **Núcleo de Tecnologia Municipal**. 2009

CHAGAS, JOSIANE. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense 2009 Produção Didático-Pedagógica, vol. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. **Informática no Ensino de Biologia: Limites e Possibilidades de uma Experiência sob a perspectiva dos estudantes**. Telêmaco Borba 2010. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.com.br>. Acesso de 27 de out. 2016.

CHAER, Galdino; DINIZ, Rafael R. P.; RIBEIRO, Elisa A. **A técnica do questionário na pesquisa educacional**. Evidência, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011. Disponível em <http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/viewFile/178/167>. Acesso em 13 de set. 2016

CASTRO, Márcia Correia. **Enunciar Democracia e Realizar o Mercado: Políticas de Tecnologia na Educação até o ProInfo Integrado (1973 – 2007)**. Dissertação de Mestrado em Educação. PUC – Rio. Orientador José Maurício Paiva Andion Arruti. RJ / 2011 - 146 folhas.

COELHO, Livia Andrade; PRETTO, Nelson De Luca. **Políticas Públicas para inserção das TIC nas escolas públicas: implementação do projeto piloto do UCA na Bahia**. Seminário Nacional de Inclusão Digital. 2014. Disponível em http://gepid.upf.br/senid/2014/wpcontent/uploads/2014/Artigos_Resumidos_1920/123442.pdf. Acesso em 24 de ago. de 2015.

COHEN, L.; MANION, L.; MORRISON, K., **Research Methods in Education**, London: Routledge, 2000.

Conselho nacional de educação. CNE/CEB nº 04/2010. Resolução n. 4, de 13 de julho de 2010 e Parecer n. 7/2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais gerais para a Educação Básica. Homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 9 de julho de 2010. <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf> 10 > Acesso em 13 de novembro de 2015.

_____. **CNE/CP Nº 1, de 18 de Fevereiro de 2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.** Despacho do Ministro em 17/1/2002, publicado no Diário Oficial da União de 18/1/2002, Seção 1, p. 31.

CONTRERAS, José Domingo. **A autonomia de professores.** São Paulo, SP: Cortez, 2002.

CUNHA, Edite de Penha & CUNHA, Eleonora Schettini M. Políticas Públicas e sociais. In: CARVALHO, Alusson; SALES, Fátima (org). **Políticas Públicas.** Belo Horizonte. Editora: UFMG, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio, **Educação, Estado e democracia no Brasil.** São Paulo, Cortez; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense: Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 1991. (coleção Biblioteca de educação. Série 1. Escola; v. 17) (ISBN 85- 249-0447-X Cortez)

DAVIES, Nicolas, Fundeb - **A redenção da educação básica?** Campinas. SP. Autores Associados, 2008.

DELORS, Jacques et al. **Educação um tesouro a descobrir.** Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 10. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC; UNESCO, 2006. Disponível em <http://ftp.infoeuropa.euroid.pt/database/000046001-000047000/000046258.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2015.

ESTEBAN, Maria Paz Santim. **Pesquisa qualitativa em educação.** Porto Alegre: Artmed, 2010

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa.** Coleção Pesquisa Qualitativa (Coordenação de Uwe Flick). Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2009a.

_____. **Qualidade na pesquisa qualitativa.** Coleção Pesquisa Qualitativa (Coordenação de Uwe Flick). Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2009.

FLORES, Vânia de Fátima. **Um olhar sobre a implantação do ProInfo em Escolas Municipais de Minas Gerais.** Dissertação de Mestrado. Orientador: Ronei Ximenes Martins. Lavras – MG 2014. Disponível em: repositorio.ufla.br/.../DISSERTAÇÃO%20Um%20olhar%20sobre%20a%20. Acesso em 22 out. 2015

FUNDEF – **Manual de Orientação.** MEC. Brasília, 2004.

GATTI, Bernadete. (2008) **Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década.** Revista Brasileira de Educação da Fundação Carlos Chagas, v. 13 n. 37, p. 55-70, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27503706>. Acesso em: 25 jun.2015.

_____. **Formação continuada de professores:** a questão psicossocial. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, julho 2003; 109:191-204. LARANJEIRA MI. et al. Referências para formação de professores.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo, Editora Atlas, 2010.

GÓES, Hervaldira Barreto de Oliveira. **Formação continuada:** Um desafio para o professor do Ensino Básico. Trabalho. apresentado no 1º Encontro de Educação do Colégio Gonçalves Dias (Nova Iguaçu – RJ 2008). http://www.gd.g12.br/eegd/2008/formacao_continuada.pdf. Acesso em 26 Nov. 2015.

GÓMEZ, Angel Perez. o pensamento prático do professor – A formação do professor como prático reflexivo. In: NÓVOA, A. (Org). **Os professores e a sua formação.** Lisboa: Dom Quixote, 1992, p.93-114.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? **Psicologia:** Teoria e Pesquisa Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, pp. 201-210
LIMA, E. M. Modalidades de Mediação na Interação entre Pessoas com Paralisia Cerebral.

HELATCZUK, Vitorio. **Ser professor hoje.** Disponível em: < www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/Revista/. Acesso em 20 de out. 2015

IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores.** Tradução: Juliana dos Santos Padilha. Porto Alegre: Artmed, 2010.

_____. **Formação docente e profissional:** forma-se para a mudança e a incerteza. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

JARDIM, Jean. **Direito, Educação, Ética e Sustentabilidade:** Diálogos entre os vários ramos do conhecimento no contexto da América Latina e do Caribe./ coordenado por Jean Jardim. Goiânia: Instituto “*tueri*”, 2012.

KENSKI, Vani Moreira. **A profissão do professor em um mundo em rede:** exigências de hoje, tendências e construção do amanhã: professores, o futuro é hoje. *Tecnologia Educacional*, v.26 (143), p.65-69, 1998.

_____. **Educação e Tecnologias:** O novo ritmo da informação. 8. Ed. Campinas, São Paulo: Editora Papirus, 2012.

_____. **Tecnologias e ensino presencial e a distância.** Campinas, São Paulo: Editora Papirus, 2003.

_____. Novas tecnologias. **O redimensionamento do espaço e do tempo e os impactos no trabalho docente**. Revista Brasileira de Educação, 8, p.58-71.2007.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 10ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Organização e Gestão da Escola - Teoria e Prática**. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIMA, Karina, INTERCOM, Maria – **Determinismo Tecnológico**. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação – Campo Grande /MS – setembro 2001. UMESP – Universidade Metodista de São Paulo http://www.infoamerica.org/documentos_pdf/determinismo.pdf. Acesso dia 30 de set. 2015.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS, Ximenes Ronei; FLORES, Vânia de Fátima. **A implantação do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo):** revelações de pesquisas realizadas no Brasil entre 2007 e 2011. Rev. bras. 2015. Disponível em www.scielo.br/pdf/rbeped/v96n242/2176-6681-rbeped-96-242-00112.pdf. Acesso em 22 de out. 2015.

MENDONÇA, J. Ricardo C.; CORREIA, Maria Auxiliadora Leal. **A Abordagem Dramatúrgica e os métodos visuais de pesquisa:** A observação do gerenciamento de impressões nas interações sociais. In <http://www.scielo.br/pdf/ram/v9n4/v9n4a08.pdf>. Acesso em 10 de out. 2016.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbetes telemática na educação**. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrazil.com.br/telematica-na-educacao/>. Acesso em: 16 de jul. 2016.

MERCADO, Luis Paulo Leopoldo. **Formação Continuada de Professores e Novas Tecnologias**. Maceió: Edufal, 1999.

Ministério da Educação e do Desporto. **Portaria nº 522, de 9 de abril de 1997**. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO - Integrado)**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=13156:proinfo-integrado . Acesso em: 28 jul. 2015.

MORAN, José Manuel et al. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 12. ed. Campinas: Papyrus, 2006.

NASCIMENTO M. **A formação continuada dos professores: modelos, dimensões e problemática**. In: Magistério: construção cotidiana. CANDAU, V.M. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 69- 90.

NÓVOA, Antônio. Professor e o novo espaço público da educação. **Educação e sociedade**: perspectivas educacionais no século XXI. Santa Maria, RS. UNIFRA, 2006.

_____. Formação de professores e profissão docente. In **Os professores e a sua formação**. Nóvoa, A. (org.) 2. ed. Publicações Dom Quixote. Portugal. 1995.

PERRENOUD, Philippe. **Construindo as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido. **Formação de professores**: saberes da docência e identidade do professor. Revista da Faculdade de Educação. 1996, vol. 22, n.2, p. 72-89.

_____. Professor Reflexivo: construindo uma crítica. In Pimenta & Ghedin (orgs.). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez Ed, 2002. (1. ed: junho de 2002; 2. Ed.: novembro de 2002).

_____. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Pedagogia e pedagogos**: caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

PORTO, Yeda da Silva. Formação continuada: a prática pedagógica recorrente. In: MARIN, Alda Junqueira (org.). **Educação continuada**: reflexões alternativas. Campinas: Papyrus, 2000.

PRADO, Maria Elisabete Brisola Brito. **O uso do computador na formação do professor: um enfoque reflexivo da prática pedagógica**. Brasília: MEC/SEED/PROINFO, 2000. Disponível em: <<http://www.escola2000.net/eduardo/textos/PROINFO/livro14Elisabeth%20Brisola.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2015.

RODRIGUES, Clarinda. **A organização do conhecimento e tecnologias da informação. Transinformação**, Campinas, v.8, n.3, set./dez, 1996. Disponível em: periódicos. PUC-campinas.edu. br/seer/index.php/transinfo/article/.../157. Acesso em: 19 jul. 2015.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

_____. **Compreender e transformar o ensino**. Artmed, 1998.

SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão. Dimensões pedagógicas e políticas da formação contínua. IN: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org.). **Caminhos da profissionalização**, Campinas, Papyrus, 1998.

SAVIANI, Dermival. **Formação de professores**: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2009, vol.14, n.40, pp.143-155. ISSN 1413-2478. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782009000100012>. Acesso em 16 de out. 2015.

SCHENELL, Roberta Fantin. **A formação de professores para o uso das tecnologias digitais: Um estudo junto aos Núcleos de Tecnologia Educacionais do Estado de Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado. Orientadora Elisa M. Quartieiro. Florianópolis: UDESC, 2009. Disponível em www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/151/roberta_fantin_schnell.pdf. Acessado em 22 de out. 2015

SEMEGHINI C., Ulysses. **Fundef: corrigindo distorções históricas**. Vol.18. Brasília, 2001.

SCHÖN, Donald A. **Educando o profissional reflexivo**: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SHUI, Deyse Aparecida Turnes. **Ambientes informatizados e formação continuada de professores**: Um estudo sobre a implementação do PROINFO e do Núcleo de Tecnologia Educacional nas Escolas Públicas Municipais de Florianópolis. Dissertação de Mestrado. Orientadora: Edel Ern. Florianópolis: UFSC, 2003. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/85520/191871.pdf?sequence=1>. Acesso em 13 de mai. 2015.

STAKE, R. E. Case Studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Ed.). **Handbook of qualitative research**. London: SAGE Publications, 1994. p. 236-247.

_____. **The art of case study research**. London: SAGE Publications, 1995.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

_____. **Case Study Research – Design and Methods**. Sage Publications Inc.,USA, 1989

_____. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Informática na educação**: novas ferramentas pedagógicas para o professor da atualidade. São Paulo: Érica, 2012. 9º ed.

TARDIF, Maurice. **Ambigüidade do Saber Docente nas Reformas Relativas à Formação Universitária para o Magistério**. Texto Digitado, 2000.

_____. **Os saberes docentes e sua formação**. Texto Digitado, 2001.

VALENTE, José Armando. A Espiral da Aprendizagem e as Tecnologias da Informação e Comunicação: Repensando Conceitos. In: Maria Cristina R. Azevedo Joly (Org.). **A Tecnologia no Ensino**: Implicações para a Aprendizagem. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

_____. José Armando (org.) **O computador na sociedade do conhecimento**. Organizador Campinas, SP: Unicamp/NIED, 1999. Publicação: OEA_NIED/UNICAMP [http: www.nied.unicamp.br/oea](http://www.nied.unicamp.br/oea)
<http://www.fe.unb.br/catedraunescoead/areas/menu/publicacoes/livros-de-interesse-na-area-de-tics-na-educacao/o-computador-na-sociedade-do-conhecimento>. Acesso em 07 de out. 2015.

_____. José Armando. Diferentes usos do computador na educação. In, José Armando Valente (org.) **O computador na sociedade do conhecimento**. Publicação: Repensando a Educação. Campinas, SP: Gráfica da Unicamp, 1993. www.proinfo.gov.br/upload/img/relatório_died.pdf. Acessado dia 23/02/2015. Acessado em 25 de out. 2015

ANEXO I - Questionário entregue aos professores



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Questionário para Levantamento de Dados para a Conclusão do Curso de Mestrado em Educação e Novas Tecnologias no Centro Universitário - UNINTER

DADOS SOBRE OS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO, ENVOLVIDOS COM O LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA DO PROINFO.

Este questionário visa obter informações sobre os professores que realizaram o curso de Formação de Continuada de Introdução à Educação Digital, ofertado pelo Núcleo de Tecnologia Municipal de Campo Largo e que atuam nos laboratórios de informática das escolas municipais da rede, a fim de levantar dados sobre quais contribuições e implicações que o curso Formação de Continuada de Introdução à Educação Digital trouxe para a prática pedagogia dos professores. Através deste, sinalizaremos quais as melhorias que segundo os professores podem ser realizadas no curso de Formação de Continuada de Introdução à Educação Digital realizado no Núcleo de Tecnologia Municipal.

Desde já agradecemos a sua colaboração, pois ela é muito importante!

Idade: _____ Sexo: _____

1. Qual sua formação Inicial?

R - _____

2. Qual sua formação continuada?

() Especialização

() Mestrado

() Doutorado

3. Qual o tempo de sua atuação docente

R - _____

4. Em qual série você leciona?

R - _____

5. Você utiliza de tecnologias educacionais para lecionar? Se sua resposta for SIM, descrever quais as tecnologias educacionais usadas em suas aulas.

R - _____

6. Você utiliza o Laboratório de Informática para lecionar? Se sua resposta for SIM, por que?

R - _____

7. O laboratório de sua escola possui Internet?

() Sim

() Não

8. Você já realizou cursos de formação continuada relacionado a tecnologias educacionais? Quais?

R - _____

9. Quais as contribuições que o curso de formação continuada de “Introdução à Educação Digital” realizado no NTM de Campo Largo trouxe a você?

() Desenvolvimento profissional

() Apenas para elevação de nível

() Outros _____

10. Como o curso de formação continuada “Introdução à Educação Digital” contribuiu para sua prática pedagógica?

R - _____

11. Quais as implicações do curso de formação continuada “Introdução à Educação Digital” para sua prática pedagógica?

R - _____

12. Que melhorias o curso “Introdução à Educação Digital” deve ter no seu ponto de vista?

R - _____

ANEXO II – Ofício



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Secretaria de Educação a Distância
Diretoria de Infra-Estrutura em Tecnologia Educacional - DITEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 1º andar, Sala 119 – 70047-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2104-8961 – E-mail: secd@mec.gov.br

Ofício nº. 1403/2009/DITEC/SEED/MEC

Brasília, 22 de junho de 2009.

A Sua Excelência
Edson Darlei Basso
Prefeito Municipal
Avenida Pe. Natal Pigato, 925 – Vila Elizabeth
83601-000 – Campo Largo - PR

Assunto: Homologação do Núcleo de Tecnologia Educacional.

Prezado Senhor,

A Diretoria de Infra-Estrutura em Tecnologia Educacional – DITEC, da Secretaria de Educação a Distância – SEED do Ministério da Educação – MEC, autoriza a implantação do Núcleo de Tecnologia Educacional Municipal – NTM no município de Campo Largo - PR, conforme Plano Didático-Pedagógico apresentado por essa Secretaria. **Salientamos que a homologação será concluída após a confirmação dos dados cadastrais do Núcleo de Tecnologia no Sistema de Gestão Tecnológica- SIGETEC, por isso pedimos que procure a Diretoria de Infra-Estrutura em Tecnologia Educacional-DITEC através dos telefones (61) 2104-8154/2104-3847 ou e-mail proinfo@mec.gov.br.**

Aproveitamos para ressaltar que essa homologação pressupõe o entendimento de que o novo NTM se responsabilizará pela sensibilização e motivação para incorporação das tecnologias de informação e comunicação nas atividades didático-pedagógicas normais, apoiando o planejamento das escolas e capacitando professores multiplicadores e equipes de suporte técnico, por meio de cursos e assessoramento pedagógico ao processo de ensino aprendizagem.

Atenciosamente,


JOSÉ GUILHERME MOREIRA RIBEIRO
Diretor de Infra- Estrutura em Tecnologia Educacional.

TABELA I
TABELA DE PROGRESSÃO SALARIAL DO MAGISTÉRIO - PROFESSOR 20 HORAS – ABRIL 2015

NÍVEL P1 – MAGISTÉRIO		NÍVEL P2 - LICENC. PLENA	NÍVEL P3 - LIC. PLENA + PÓS	NÍVEL P4 - MESTRADO
		NP2 = NI + 15%	NP3 = NP2 + 10%	NP4 = NP3 + 20%
Classes	Vencimento	Vencimento	Vencimento	Vencimento
1	952,01	1.094,82	1.204,29	1.445,15
2	980,58	1.127,67	1.240,43	1.488,51
3	1.009,15	1.160,52	1.276,57	1.531,87
4	1.037,72	1.193,37	1.312,71	1.575,23
5	1.066,29	1.226,22	1.348,85	1.618,59
6	1.094,86	1.259,07	1.384,99	1.661,95
7	1.123,43	1.291,92	1.421,13	1.705,31
8	1.152,00	1.324,77	1.457,27	1.748,67
9	1.180,57	1.357,62	1.493,41	1.792,03
10	1.209,14	1.390,47	1.529,55	1.835,39
11	1.237,71	1.423,32	1.565,69	1.878,75
12	1.266,28	1.456,17	1.601,83	1.922,11
13	1.294,85	1.489,02	1.637,97	1.965,47
14	1.323,42	1.521,87	1.674,11	2.008,83
15	1.351,99	1.554,72	1.710,25	2.052,19
16	1.380,56	1.587,57	1.746,39	2.095,55
17	1.409,13	1.620,42	1.782,53	2.138,91
18	1.437,70	1.653,27	1.818,67	2.182,27
19	1.466,27	1.686,12	1.854,81	2.225,63
20	1.494,84	1.718,97	1.890,95	2.268,99
21	1.523,41	1.751,82	1.927,09	2.312,35
22	1.551,98	1.784,67	1.963,23	2.355,71
23	1.580,55	1.817,52	1.999,37	2.399,07
24	1.609,12	1.850,37	2.035,51	2.442,43
25	1.637,69	1.883,22	2.071,65	2.485,79
26	1.666,26	1.916,07	2.107,79	2.529,15
27	1.694,83	1.948,92	2.143,93	2.572,51
28	1.723,40	1.981,77	2.180,07	2.615,87
29	1.751,97	2.014,62	2.216,21	2.659,23
30	1.780,54	2.047,47	2.252,35	2.702,59
31	1.809,11	2.080,32	2.288,49	2.745,95
32	1.837,68	2.113,17	2.324,63	2.789,31
33	1.866,25	2.146,02	2.360,77	2.832,67
34	1.894,82	2.178,87	2.396,91	2.876,03
35	1.923,39	2.211,72	2.433,05	2.919,39
36	1.951,96	2.244,57	2.469,19	2.962,75
37	1.980,53	2.277,42	2.505,33	3.006,11
38	2.009,10	2.310,27	2.541,47	3.049,47
39	2.037,67	2.343,12	2.577,61	3.092,83
40	2.066,24	2.375,97	2.613,75	3.136,19
41	2.094,81	2.408,82	2.649,89	3.179,55
42	2.123,38	2.441,67	2.686,03	3.222,91
43	2.151,95	2.474,52	2.722,17	3.266,27
44	2.180,52	2.507,37	2.758,31	3.309,63
45	2.209,09	2.540,22	2.794,45	3.352,99

Fonte: Sindicato do Magistério Municipal de Campo Largo, 2015.

TABELA II

CURSOS REALIZADOS PELO NTM

ANO	CURSO	CARGA HORÁRIA	Nº DE CURSISTAS
2010	Introdução à Educação Digital	40 horas	195
2011	Introdução à Educação Digital	40 horas	25
2011	Tecnologia na Educação – Ensinando e Aprendendo com as TIC'S	100 horas	21
2012	Introdução à Educação Digital	40 horas	25
2012	Tecnologia na Educação – Ensinando e Aprendendo com as TIC'S	100 horas	18
2013	Introdução à Educação Digital	60 horas	7
2014	No ano de 2014, as multiplicadoras, foram até as escolas atender os professores. Sendo assim, no ano de 2014 não houve cursos no laboratório do NTM.	-	-
2015	Introdução à Educação Digital	60 horas	10

Fonte: Núcleo de Tecnologia Municipal de Campo Largo 2015.

TABELA III

TABELA COM OS NOMES DAS ESCOLAS QUE RECEBERAM OS LABORATÓRIOS DO ProInfo.

Nº	Escolas
01	Escola Municipal Affonso Augusto da Cunha
02	Escola Municipal Albina Grigoletti Winheski
04	Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula
05	Escola Municipal Carlos Drummond de Andrade
06	Escola Municipal Diácono Edgar Marochi
07	Escola Municipal Diva Ferreira Reinke
08	Escola Municipal Dona Fina
09	Escola Municipal Dr. Caetano Munhoz da Rocha
10	Escola Municipal Hans Ernest Schmidt
11	Escola Municipal Integração Comunitária
12	Escola Municipal João Santana
13	Escola Municipal José Alexandre Sávio
14	Escola Municipal Luiz Júlio
15	Escola Municipal Luiza Gonçalves Monteiro
16	Escola Municipal Madalena Portella
17	Escola Municipal Maria Joana Ferreira Marochi
18	Escola Municipal Mauro Portugal
19	Escola Municipal Monsenhor Ivo Zanlorenzi
20	Escola Municipal do Campo Nicolau Moraes de Castro
21	Escola Municipal O Ateneu
22	Escola Municipal Padre Natal Pigatto
23	Escola Municipal Pedro Kaminski
24	Escola Municipal Policarpo Miranda
25	Escola Municipal Professora Lenovi de Almeida Torres
26	Escola Municipal Professora Rosália Andrade Remonato
27	Escola Municipal Almede Baridotti Galdino
28	Escola Municipal 1º de Maio
29	Escola Municipal 15 de Outubro
30	Escol Municipal Sete de Setembro
31	Escola Municipal Solidariedade
32	Escola Municipal Vereador José Andreassa
33	Escola Municipal Reino da Loucinha
34	Escola Municipal do Campo Luiz Rivabén
35	Escola Municipal do Campo São Pedro

Fonte: Setor de Estrutura e Funcionamento – SMEC